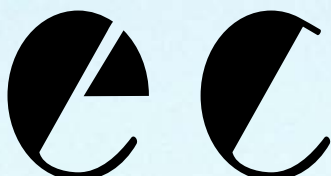


ANO 20 - Nº 46 - SETEMBRO 2020

REVISTA DA



Associação dos Técnicos de
Nível Superior do Município
de Porto Alegre



ISSN 2317-6407



IMPRESSO

Porto Alegre na Pandemia

Página 12



**Por que não privatizar
a Procempa?**
página 6

**Astec na
era digital**
página 34

**Previmpa – Não ao
PLCE Nº 007/2020**
página 38

**Impeachment e CPI vão
definir futuro político de
Nelson Marchezan Júnior**
página 39

CONFIRA OS BENEFÍCIOS PARA ASSOCIADOS DA ASTEC



ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL
(51) 3217.2921
Isenção da taxa e adesão de R\$ 3.811,00 e uso das dependências, via contrato.



ASSESSORIA JURÍDICA MÁRCIO PAIXÃO & ADRIANO BELTRÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3013.5855
Âmbito consultivo e contencioso com a primeira consulta gratuita.



BRASAS IDIOMAS
(51) 3028.1616
20% desconto sobre o valor total das mensalidades para turmas regulares.



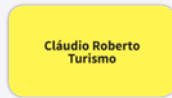
CABURÊ SEGUROS
(51) 2111.5300
Consulte a seguradora para maiores informações.



CENTRO CLÍNICO GAÚCHO
(51) 3217.2921
Planos empresariais com mensalidades diferenciadas.



CIA DOS ÓCULOS
(51) 3024.0852 / 3019.0852 / 3062.0852
15% desconto em pagamentos à vista e 10% em pagamentos a prazo, em até 10x.



CLÁUDIO ROBERTO TURISMO
(51) 996.393.265
Viagens personalizadas. Descontos especiais para associados. www.claudiorobertoturismo.blogspot.com.br



CONDOTTA ASSESSORIA EMPRESARIAL & ADM. DE CONDOMÍNIOS
(51) 3241.0004
Descontos especiais.



EDUCON - CENTRO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DA PUCRS
(51) 3320.3727
Valores diferenciados nos cursos de MBA, Especialização e Extensão.



ESTÁCIO/FARGS
(51) 3214.1111 / 3341.2512
Bolsas para graduação, pós *lato sensu* e ensino a distância.



EVOLUTION - INSTITUTO DO ESPORTE E SAÚDE
(51) 2103.4630
30% de desconto em fisioterapia e 25% na academia.



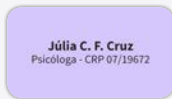
FISIOLIFE
(51) 3312.2638
Fisioterapia traumato-ortopédica e remautologia com 25% de desconto para avaliação e sessão.



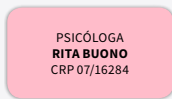
PSICÓLOGA JANAÍNA PINTO GOULART
(51) 992.565.034
Desconto de 40% na avaliação e orientação vocacional e de 50% no atendimento de psicoterapia.



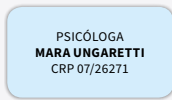
JULIANA CENTERCLIN
(51) 3013.6339
Massoterapia, fisioterapia, pilates e ofurô. Consulte tabela de valores.



PSICÓLOGA JÚLIA CASTILHOS FLORES CRUZ
(51) 991.416.938
50% de desconto na primeira consulta e 30% nas demais consultas.



PSICÓLOGA RITA BUONO
(51) 999.776.063
50% de desconto na primeira consulta e 25% nas demais.



PSICÓLOGA MARA UNGARETTI
(51) 999.625.710



PSICÓLOGA E PSICANALISTA ELAINE ROSNER SILVEIRA
(51) 991-953-884
Valor da consulta combinado conforme a situação financeira de cada caso.



MAXXI ODONTO
(51) 3216.3216
Serviços odontológicos mediante negociação direta com a clínica.



MINDS ENGLISH SCHOOL
(51) 3425.7800
Desconto de 40% no valor total do curso.



MOTA ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3224.2454 / 99752.6143 (WhatsApp)
Advocacia preventiva/contenciosa. Descontos especiais Família/Sucessão/Previdência/Consumidor/Imobiliário/Civil.



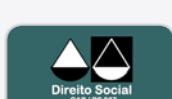
PLANO VERTE SAÚDE INTEGRAL
(51) 3217.2921
Consultas médicas e exames; internação hospitalar; serviços de diagnóstico e terapias; procedimentos cirúrgicos; cobertura para parto; atendimento de urgência e emergência.



ROTA CULTURAL
(51) 3348.1649
Turismo Cultural, Rural & Ecológico.



SANTANA DE ABREU & LUBIANCA ADVOGADOS ASSOCIADOS
(51) 3019.5909 / 3321.1532
Consultoria e contencioso nas áreas de direito administrativo, previdenciário, trabalho, tributário, civil e comercial.



SEGURO JURÍDICO - DIREITO SOCIAL
(51) 3215-9000 e 981.539.836
Um novo conceito. Todas as áreas do Direito, exceto criminal. Preços especiais para associados Astec.



STB - STUDENT TRAVEL BUREAU
(51) 4001.3000
Desconto de 10% a 25% na assessoria ao intercâmbio, carteira mundial e assistência saúde.



UNIMED
(51) 3217.2921
Planos empresariais com mensalidades diferenciadas.

MAIS DETALHES SOBRE OS CONVÊNIOS

Astec em movimento na pandemia

As primeiras palavras deste e de qualquer texto escrito e de qualquer fala, nestes tempos, devem ser de respeito e solidariedade às famílias de mais de 130.000 brasileiros que perderam suas vidas nesta pandemia, vítimas da Covid-19. Portanto, iniciemos homenageando-os e aos seus familiares.

A vida segue, e desejamos que siga com saúde a todos os que nos leem, apesar do descaso de nossos governantes, apesar da continuidade dos ataques do prefeito Marchezan Júnior aos servidores, muitos deles verdadeiros heróis no combate à pandemia.

Esta revista, pela primeira vez, não circulará impressa devido às dificuldades na logística de distribuição e riscos de contágio, mas estará à disposição no nosso site para que possamos, no futuro, lembrar aos nossos netos as dificuldades pelas quais passamos em 2020.

Prosseguimos trabalhando em *home office*, diretoria, conselhos e funcionários, atendendo nossos associados, nos reunindo virtualmente com o auxílio dos aplicativos disponíveis, reagindo às agressões da administração municipal aos nossos direitos, nos âmbitos administrativo e jurídico, promovendo assembleias, participando de audiências públicas, nos comunicando com autoridades, especialmente vereadores, e com nossos colegas.

É verdade que a última festa de 2020 foi a comemoração do Dia Internacional da Mulher, realizada no dia 8 de março, e que felizmente não contagiou ninguém. Nosso aniversário de 26 anos, comemoramos no dia 9 de junho, com um pequeno discurso transmitido pelo site e Facebook, apenas para marcar a data. Esperamos que, em 2021, todos vacinados, possamos realizar uma grande festa para comemorarmos os 27 anos de nossa entidade.

Esperamos que você, em meio ao *home office*, sem a assessoria do lar, filhos em casa, assoberbado com as tarefas domésticas, como todos nós, ainda tenha um tempo para ler as excelentes matérias da nossa revista. Denúncias, opinião, comportamento na pandemia, notícias da Astec, boas-vindas aos novos associados, voluntariado, hobby, gastronomia e as novidades nos nossos convênios estão presentes nesta publicação.

Este último ano de mandato, mesmo prejudicado pela dificuldade de nos reunirmos, tem sido intenso em ações. Seguimos agora para os últimos quatro meses de 2020, ano de eleições para a Astec e para o município de Porto Alegre. Aproveitemos esse tempo para escolher, com muita responsabilidade, os nossos governantes. Responsabilidade, capacidade, criatividade, respeito e até mesmo compaixão serão atributos necessários aos eleitos.

Uma boa leitura e #Se puder, fique em casa!



Eng. Civil Sérgio Luiz Brum
Presidente da Astec
Gestão 2019/2020

- 02 **Convênios da Astec**
- 03 **Palavra do Presidente**
- 05 **Denúncia** Marchezan arrocha salários e destrói o serviço público
- 06 **Denúncia** Por que não se deve privatizar a Procempa
- 08 **Nota de Repúdio** Desmantelamento da SMAMS
- 09 **Opinião** Fim dos concursos, da estabilidade
- 10 **Opinião** O Governo Marchezan elegeu o serviço público como inimigo
- 12 **Reportagem** Porto Alegre na pandemia: Como estão se virando
- 14 **Covid-19** Prevenir é o melhor modo de combater o vírus
- 15 **Entrevista** Fiscalizar o uso correto de EPIs
- 16 **Home Office** Isolamento social e *home office*: mudanças e adaptações
- 18 **Pandemia** O que essa experiência pode nos ensinar?
- 21 **Arteterapia** Você já ouviu falar em arteterapia?
- 22 **Opinião** Novo Marco Legal para o saneamento
- 23 **Opinião** Covid-19 *versus* Novo Marco Regulatório do Saneamento
- 24 **Cultura** Entrevista: Bibliotecas no isolamento
- 25 **Literatura**
- 26 **Animais** Coloração anômala em espécies silvestres em Porto Alegre
- 28 **Urbanismo** As cidades falam. E os gestores, sabem conversar com ela?
- 31 **Notícias**
- 44 **Voluntariado**
- 45 **Hobby**
- 46 **Gastronomia**



ACESSE
www.astecmpa.com.br

Revista da Astec v. 20 n. 46, setembro de 2020 – ISSN 2317-6407
Publicação semestral da **ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (ASTEC)** - Fundada em 08 de junho de 1994



Rua Barão do Triunfo, 419 / Conj. 304
Bairro Menino Deus, CEP 90130-101
Porto Alegre, RS, Brasil
(51) 996-291-075 (telefone e WhatsApp)
✉ atendimento@astecmpa.com.br
🌐 www.astecmpa.com.br
📘 www.facebook.com/astecmpa

MISSÃO: Buscar a valorização profissional dos técnicos de nível superior do Município de Porto Alegre. **VISÃO:** Ser referência como entidade associativa eficaz na defesa dos profissionais de nível superior da Prefeitura de Porto Alegre. **VALORES:** Ética, credibilidade e transparência / Dedicação, responsabilidade e organização / Comprometimento, conhecimento e cordialidade / Respeito nas relações das diversas áreas profissionais.

GESTÃO 2019/2020

DIRETORIA EXECUTIVA **Presidente:** Eng. Civil Sérgio Brum **Vice-Presidente:** Eng. Agr. Irineu Foschiera **Diretora Administrativa** Adm. Márcia Caruchinski da Silva **Diretor Financeiro:** Eng. Civil Carlos Bernd **Diretora Cultural:** Bibl. Carmem Von Hoonholtz **Diretora de e Relações Trabalhistas e Sindicais:** Rel. Públ. Rita Becco **Diretor de Relações com Aposentados e Pensionistas:** Enf. Maristela Fiorini

CONSELHO DELIBERATIVO **Presidente:** Jorn. Adroaldo Corrêa (Previmpa I) **Vice-Presidente:** Tec. Com. Social Cristine Rochol (SMS)

CONSELHEIROS **Previmpa I:** Enf. Lurdes Maria Toazza Tura, Jorn. Adroaldo Bauer Spindola Corrêa, Eng. civil João Pedro Chaves Nunes, Eng. civil Adinaldo Soares de Fraga, Enf. Patricia Couto Wiederkehr, Adm. Raul Frederico Jacobone, Biól. Flávio Barcelos **Previmpa:** Atuário Dalvin Gabriel José de Souza **SMS:** Téc. com. soc. Cristine Rochol, Adm. Alberto Miotto Gabelini **SMIM:** Eng. civil Augusto Renato Ribeiro Damiani **SMAMS:** Arq. Gislaine Lopes Meneses, Biól. Cláudia Barros da Silva Lima, Eng. civil Juliana Braz Frediani, Eng. Quím. Lícia Nardin Schuch **SMPG:** Arq. Maria Erni Coutinho Marques, Arq. Maria Erni Coutinho Marques **SMDE:** Eng. civil Alceu Ferreira Junior

CONSELHO FISCAL **Presidente:** Econ. Marisa Ney Santos Pinho **Conselheiros** Adm. Margareta Baumgarten, Adm. Jardel de Borba Cunha

COMISSÃO EDITORIAL **Presidente:** Eng. Civil Sérgio Brum **Diretora Cultural:** Bibl. Carmem von Hoonholtz **Redação:** Jorn. responsável Ruvana De Carli (Reg. Prof. MTB/RS 5534)

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO – Bibliotecária responsável Eliete Mari Doncato Brasil CRB nº 10/1184
Conforme a Resolução Conselho Federal de Biblioteconomia nº 184/2017

R454 Revista da Astec.-- Vol. 6, n. 25 (maio 2009)- -- Porto Alegre, RS: Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, 2009--.

Semestral.
Continuação a partir de 2009 de: Jornal Astec.
ISSN 2317-6407
Disponível na versão online.

1. Gestão pública municipal – Periódicos
2. Notícias – Porto Alegre
3. Trabalhos científicos – Porto Alegre.
4. Trabalhos – Porto Alegre.
- I. Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

CDU 352(816.51)(05)

Indexada no Sistema Pergamum – Catálogo Bibliográfico Online da Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre disponível em <http://pergamum.procempa.com.br/biblioteca/index.php>

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião da Astec.

Instruções para publicação de artigos estão disponíveis no site da Astec: www.astecmpa.com.br
É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que seja citada a fonte.



Projeto, arte e edição: Stampa Comunicação Corporativa
www.stampacom.com.br • eliane@stampacom.com.br
(51) 981.177.188

Foto de capa: Ricardo Giusti/PMPA

Banco de imagens: Fotolia, Shutterstock, Freepik, Pexels e Visualhunt

Marchezan **arrocha** salários e **destrói** o serviço público

Por Paulo Müzell

Desde 1961, os servidores municipais recebiam salários em dia. Ao assumir, em 2017, Marchezan rompeu uma tradição de quase seis décadas, passou a não cumprir o que a lei e os princípios de uma boa gestão determinam: o pagamento dos mais de 20 mil municipais se transformou numa incerteza. Contando com o apoio da grande mídia, especialmente da Rede Brasil Sul (RBS), o Júnior inventou um cenário de caos nas finanças, afirmando não ter caixa para pagar a folha de pessoal. Uma grosseira mentira – a despesa com a folha nos últimos quinze anos nunca atingiu o limite dos 54% estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2004, chegou ao seu patamar mais elevado: 51,7%. Nos últimos cinco anos, andou abaixo dos 50% e só atingiu 50,9% em 2017 e, a partir daí, despencou: 48,6% em 2018; nova queda para 46,2%, em 2019; e no final do primeiro quadrimestre de 2020, caiu para 43,18%!

Desde 1º de maio de 2016, os salários dos servidores não são reajustados. Assim, no final de junho passado, completamos cinquenta meses de defasagem. A inflação medida pelo IPCA no período atingiu 14,72%. Houve ainda um aumento de 3% da alíquota previdenciária. Significa dizer que, para recompor o poder aquisitivo do salário de maio de 2016, seria necessária uma reposição de 20,88%.

A despesa anual de pessoal (vencimentos mais encargos sociais) da Prefeitura nos doze meses anteriores a abril de 2020 totalizou R\$ 3,2 bilhões. Significa dizer, num cálculo aproximado, que Marchezan Júnior “economiza”, subtrai do bolso dos servidores, cerca de R\$ 600 milhões/ano, ou seja, R\$ 50 milhões/mês. E o futuro não é nada promissor, pois Bolsonaro editou recentemente uma medida provisória congelando por mais dois anos os vencimentos dos servidores públicos do País.

Não há nenhuma dúvida que, oportunista como é, o Júnior vai tentar novas maldades alegando os efeitos recessivos da pandemia nas finanças municipais. Até o momento, não há motivo para preocupação. Nos primeiros cinco meses deste ano, a receita corrente total cresceu 7% comparada com os cinco primeiros meses de 2019. Descontada a inflação – índice médio de 2020/índice médio de 2019 – ocorreu um aumento médio real de 3,7%, muito acima do que tem ocorrido nos últimos anos. É verdade que o ISSQN – maior fonte de receita própria da Prefeitura – sofreu um pequeno declínio no período (-5%) e esta tendência de queda deve se acentuar nos próximos meses. Ainda, com um comprometimento de apenas 43,18% da receita corrente líquida com a despesa de pessoal, haverá recursos suficientes para o pagamento da folha até o final deste ano. O problema é que para este prefeito pagar salários não é prioridade. Na hora de cortar gastos, só pensa em avançar no bolso dos servidores. Ele odeia o funcionalismo e o serviço público.

O trágico é que o ataque do Júnior compromete não o presente, mas também o futuro do servidor e do serviço público: ele aprovou leis que mutilaram o plano de carreira, matando qualquer garantia de melhorias salariais futuras. Se o servidor não estiver motivado, com perspectivas de ascensão funcional, treinado e apto para realizar suas tarefas, o poder público não terá condições de prestar bons serviços à população.

A turma do Júnior não quer e nem se preocupa com isso: não fazem concursos, reduzem o pessoal do quadro e terceirizam, entregam elaboração dos projetos e a prestação dos serviços à iniciativa privada. Por que será que eles preferem contratar empresas privadas?

Mas, Marchezan não fez mal apenas ao servidor e ao serviço público, faz mal à cidade. Porto Alegre é uma cidade suja, mal iluminada, com praças e parques abandonados, com um sistema viário precaríssimo: o número de buracos nas ruas é um escândalo, um re-

corde na história da cidade. O sistema público de transporte por ônibus é de péssima qualidade e a tarifa umas das mais caras do País.

O governo do Júnior tem uma marca registrada: elabora orçamentos inconsistentes em que anuncia elevados déficits que não ocorrem, promete investimentos que não realiza e, sobretudo reduz os recursos das áreas fins.

Vamos apresentar alguns números. Nos seis anos que antecederam a posse de Marchezan, entre 2011 e 2016 a Prefeitura investiu em média R\$ 435 milhões/ano. No triênio 2017/2019, o investimento médio anual caiu para R\$ 235 milhões, ou seja, quase à metade. No orçamento de 2019, foi previsto aplicar nas sete funções fins – saúde, educação, assistência social, saneamento, cultura, habitação e segurança pública – um montante total R\$ 4 bilhões e 41 milhões. O balanço mostrou que foram efetivamente gastos apenas R\$ 3 bilhões e 423 milhões, ou seja, R\$ 618 milhões a menos. O absurdo maior, todavia, ocorreu na estimativa do déficit e do investimento. Na Lei nº 12.488, de 27/12/2018, a Lei Orçamentária de 2019, Marchezan se comprometeu a investir R\$ 903 milhões e o balanço registra que foram comprometidos, empenhados, apenas R\$ 242 milhões. Foram efetivamente liquidados – obra pronta, em condições de pagar – apenas R\$ 142 milhões, não mais do que 16% do prometido, um fiasco! Além disso, projetou um déficit de R\$ 908 milhões e o balanço consolidado registrou um superávit de R\$ 573 milhões! Que barbearagem! Tanta incompetência até nos faz suspeitar de má-fé.

O difícil é explicar como e por que uma pessoa com o perfil do Júnior – que idolatra o que é privado e despreza o que é público – tenha interesse em gerir o que é público. Um administrador público deve ter como foco a prestação de bons serviços à população. Se o seu objetivo é outro – perseguir e aumentar lucros – deve trabalhar na iniciativa privada.



PAULO MÜZELL

✉ pmuzell@uol.com.br

Economista aposentado da PMPA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **DOU**: Brasília, 5 maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 18 ago. 2020.

PORTO ALEGRE (RS). Lei nº 12.488, de 27 de dezembro de 2018. Estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2019. **DOPA**: Porto Alegre, 28 dezembro de 2018. Porto Alegre Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2018/1249/12488/lei-ordinaria-n-12488-2018-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-do-municipio-de-porto-alegre-para-o-exercicio-economico-financeiro-de-2019-r-8409792985-00?q=+12.488%2C>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PORTO ALEGRE (RS). Prefeitura Municipal. **Aprovado Orçamento do Município de Porto Alegre para 2019**. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/default.php?p_noticia=999200076&APROVADO+ORCAMENTO+DO+MUNICIPIO+PARA+2019. Acesso em: 18 ago. 2020.

PORTO ALEGRE (RS). Prefeitura Municipal. **Balancos das Finanças Públicas de Porto Alegre**. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu_doc/balanco_das_finance_publicas_2019.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

PORTO ALEGRE (RS). Prefeitura Municipal. **Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da despesa com pessoal – orçamentos fiscal e da seguridade sócia, maio de 2019 a abril de 2020 – 1º quadrimestre 2020**. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf/refins/doc/2020%201Q%20-%20Anexo%201%20-%20Demonstrativo%20Despesa%20Pessoal%20Executivo.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Por que não se deve privatizar a Procempa

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (Astec)



Cristina Leipnitz/Arquivo PMPA

Sede da Procempa, na Av. Ipiranga, 1.200, em Porto Alegre

Um importante patrimônio da capital dos gaúchos corre o risco de deixar de ser de toda a população. A Procempa está na mira do prefeito Nelson Marchezan Jr. para ser privatizada. De um lado, tramita, na Câmara Municipal, o Projeto de Lei do Executivo (PLE) Nº 032/2019, que altera a lei de criação da empresa, retirando a obrigatoriedade de supervisão técnica para a contratação de produtos e serviços de informática. De outro, a Prefeitura contratou, no final do ano passado, a Gartner do Brasil, para prestar consultoria na área de informática e de tecnologia da informação (T.I.).

Diante das recentes medidas do governo municipal em relação à Procempa, o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados (SINDPPD-RS) denuncia que a aprovação do PLE Nº 032/2019 seria o início do processo de desmonte da companhia, com enxugamento de sua estrutura e consequente precarização da empresa e do produto oferecido à população. Em janeiro deste ano, a entidade encaminhou denúncia ao Ministério Público de Contas (MPC), apontando

irregularidades. Em 9 de julho último, o MPC emitiu medida cautelar solicitando ao Tribunal de Contas do Estado inspeção do contrato. Conforme novas evidências, encaminhadas recentemente pelo SINDPPD ao MPC, a consultoria sugeriu investimentos em T.I. de cerca de R\$ 69 milhões, com recursos de uma linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos quais apenas R\$ 17 milhões seriam contratados com a Procempa, enquanto cerca de R\$ 52 milhões seriam aplicados em negócios com empresas privadas no mercado.

Conforme publicação do site Brasil de Fato-RS, em 15 de julho, “em seu parecer, o procurador-geral do MPC, Geraldo da Camino, argumentou que as informações prestadas pela Prefeitura de Porto Alegre não foram suficientes para afastar os questionamentos em relação às irregularidades apontadas pelo SINDPPD-RS na denúncia da contratação da Gartner. O procurador também constatou que não havia indicativos de que a Procempa estaria impossibilitada de realizar os serviços pelos quais a empresa privada foi contratada sem licitação.”

Outro indício da tentativa de desmonte da Procempa, está no site do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre. Em 17 de

julho, na matéria intitulada “Descaso com a Procempa marca compra de internet para Smed”, o Simpa denuncia que o edital de chamamento público de empresas, a fim de contratar dados móveis para a Secretaria Municipal da Educação repassar aos alunos que não possuem internet, foi construído sem nenhuma consulta do prefeito à Procempa. O edital está publicado no Diário Oficial de Porto Alegre (Dopa) de 15 de julho.

“Vereadores que porventura votarem a favor do projeto serão diretamente responsáveis pela perda da capacidade do município de gerir suas políticas públicas por meio da T.I.”

O QUE DIZ O PREFEITO

Em pronunciamento feito no ano de 2018, o prefeito Nelson Marchezan Jr. reconheceu a importância e a excelência da Procempa em diferentes áreas. Contudo, paradoxalmente, em 2019, justificou a necessidade de privatizar a companhia, com dois argumentos: “primeiro, para proteger os gestores públicos que, em várias gestões, fizeram contratações fora da Procempa sem depender ou, mesmo que quisessem, dependendo de vários pareceres internos; segundo, não deixar o cidadão de Porto Alegre escravo de uma única empresa de tecnologia.”

O QUE É E O QUE FAZ A PROCEMPA

A Procempa é a Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre. Com mais de 40 anos de atuação, mantém e desenvolve sistemas de informática para a Prefeitura e para diversos serviços públicos da Capital do Rio Grande do Sul. Na infraestrutura, disponibilizou, em tempo recorde, acesso remoto à administração pública, em meio à pandemia, garantindo o *home office*. Na educação, atua nos laboratórios de informática nas escolas e processa os dados de todos os estudantes de ensino fundamental. Na saúde, trabalha na informatização dos postos e unidades, reduz o desperdício e o custo de medicamentos, gerando economia e dá mais agilidade ao fluxo de pacientes, nos hospitais, encurtando as filas de espera. Na economia, processa a cobrança de impostos municipais e cobrança de taxas. Na segurança pública, gerencia câmeras de monitoramento e cercamento eletrônico, ampliando a recuperação de carros roubados, entre outros serviços. No setor urbano, atua na informatização do licenciamento de obras. Gerencia, também, o serviço de telefonia e os e-mails corporativos de toda a Prefeitura; e guarda dados pessoais e informações sigilosas de milhares de pessoas e empresas da Capital, em seus *datacenters*. São prontuários médicos, leituras de consumo de água pelo DMAE, licenciamentos de obras, entre muitos outros dados que não podem cair em mãos erradas.

A Procempa não detém o monopólio da T.I. no município, como afirma o prefeito. A empresa faz a supervisão, dificultando que gestores mal-intencionados contratem serviços muito mais caros e que não funcionem, como aconteceu com o Sistema de Gestão Tributária (Siat) e com o Sistema de Administração Geral dos Hospitais (Aghos), que foi assumido pelos técnicos da companhia, em novembro de 2013, para assegurar o funcionamento do sistema de gestão da fila para 46 mil leitos hospitalares no município, quando do rompimento do contrato com a empresa GSH, que fornecia o serviço.

Empresa pública premiada, a Procempa recebeu o Prêmio Inovacidade 2018, pelo Sistema Integrado de Gerenciamento de Internações (Gerint). Mais eficiente e mais barata do que as empresas privadas, que trabalham para obter lucro, a companhia pública mantém e desenvolve sistemas que proporcionam economia em diversas áreas.

O QUE DIZ A ASTEC

A Astec reitera o alerta do SINDPPD-RS sobre as consequências de uma eventual aprovação do PLE N° 032/2019: os vereadores que porventura votarem a favor do projeto serão diretamente responsáveis pela perda da capacidade do município de gerir suas políticas públicas por meio da T.I., causando um prejuízo incalculável aos porto-alegrenses, uma vez que estarão colocando em risco a agilidade, disponibilidade, inteligência, segurança e a privacidade de dados da população, das empresas e da Prefeitura de Porto Alegre. Dessa forma, pelo bem de todos, NÃO AO PLE N° 032/2019!

REFERÊNCIAS

DESCASO com a Procempa marca compra de internet para Smed. Simpa: 17 jul. 2020. Disponível em: <https://simpa.org.br/descaso-com-a-procempa-marca-compra-de-internet-para-smed>. Acesso em: 31 ago. 2020.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei do Executivo nº 032/19**. (Sei 203.00005/2020-53) altera o art. 2º, o caput do art 16 e revoga os §§ 1º e 2º do art. 16, todos da Lei nº 4.267, de 7 de janeiro de 1977. Proc. nº 00605/19 – PLE 032/19. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/135657>. Acesso em: 31 ago. 2020.

PORTO ALEGRE. Lei nº 4.267, de 07 de janeiro de 1977. Autoriza o Executivo a constituir a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – Procempa. **Diário Oficial de Porto Alegre** [DOPA]: Porto Alegre, 11 jan. 1977. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1977/427/4267/lei-ordinaria-n-4267-1977-autoriza-o-executivo-a-constituir-a-companhia-de-processamento-de-dados-do-municipio-de-porto-alegre-procempa?q=4267>. Acesso em: 31 ago. 2020.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Fazenda. Edital resultado de julgamento e abertura de prazo recursal. nota: chamamento público 005/2020 – processo 20.0.000055570-4. **Diário Oficial de Porto Alegre** [DOPA]: Porto Alegre, 15 jul. 2020. Disponível em: http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/3507_ce_20200715_executivo.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

Desmantelamento da SMAMS

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (Astec)



Ilustrativa

A Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (Astec) vem a público registrar seu repúdio em relação ao desmantelamento progressivo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS), pelo governo Nelson Marchezan Júnior. Não tendo logrado êxito com a aprovação do projeto de extinção da então SMAM, enviado à Câmara Municipal logo que assumiu o cargo, o prefeito passou a promover, ao longo dos últimos quatro anos, uma chacina funcional dos servidores da pasta, acompanhada da destruição de suas estruturas, na tentativa de borrar a história pioneira escrita pela secretaria durante os 44 anos de existência.

A transferência, em 14 de agosto último, de cinco profissionais, por decisão unilateral do governo, por meio do secretário do Meio Ambiente Germano Bremm, soma-se a outros exemplos anteriores de profissionais que vêm sendo retirados de seus postos técnicos e realocados para serviços, às vezes, meramente burocráticos. Além disso, outras medidas, como o abandono do Viveiro Municipal – a equipe técnica especializada foi deslocada para outras áreas; os operários transferidos ou aposentados; o maquinário sucateado; as mudas e estufas se deterioraram sem irrigação e sem eletricidade; os prédios com equipamentos novos do Banco de Sementes, recém-instalados, pararam de funcionar. Enfim, a produção e o manejo de mais de 30.000 mudas de árvores nativas e espécies ameaçadas de extinção simplesmente deixaram de existir.

Essas realocações são feitas sem critérios transparentes, sem consulta aos interessados, sem análise de perfis profissionais e sem respeitar pelo menos um período de transição onde cada técnico pudesse redistribuir os processos em carga e repassar os projetos em andamento sob suas responsabilidades. Os técnicos foram realocados para a área de atendimento referente aos aspectos de poluição sonora, na qual nenhum deles têm experiência e cujas vagas deveriam ser preenchidas via novo concurso público.

Também exemplo dessa má-gestão de recursos humanos é a transferência de profissional da área biológica, com

mestrado e especialização na área de botânica e duas décadas de experiência em Unidades de Conservação e Fauna Silvestre, com histórico de reconhecimento pelas entidades ambientais externas, universidades, por todo o corpo técnico do município e pela comunidade envolvida. É enorme insensatez transferi-la, junto com os demais, para a área de controle de ruído.

Primeira secretaria municipal do gênero no Brasil, criada por meio da Lei nº 4.235, de 21 de dezembro de 1976, a, à época, Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) ampliou a perspectiva de preservação para um projeto de gestão ambiental, visando o desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo. Sob esse novo paradigma, tornou-se referência no País e na América Latina, e passou a articular órgãos públicos, entidades privadas e não-governamentais, tanto em nível nacional quanto internacional, com a proposição de políticas públicas inovadoras para a área ambiental.

Todas essas são medidas que, além de um desrespeito à história da SMAM – hoje SMAMS –, enfraquecem as políticas de preservação ambiental e, por extensão, prejudicam a qualidade de vida da cidade.

Por todo o acima exposto, a Astec repudia o conjunto de sucessivas medidas de desmantelamento não só da SMAMS, como da gestão ambiental de Porto Alegre pelo atual governo!

Diretoria Executiva
21 de agosto de 2020

REFERÊNCIA

PORTO ALEGRE. Lei nº 4.235, de 21 de dezembro de 1976. Cria a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências. **Diário Oficial de Porto Alegre** [DOPA]: Porto Alegre 23 dez. 1976. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1976/424/4235/lei-ordinaria-n-4235-1976-cria-a-secretaria-municipal-do-meio-ambiente-e-da-outras-providencias?q=4235>. Acesso em: 31 ago. 2020.

Fim dos concursos, da estabilidade e redução de salários: a receita da “reforma” administrativa de Bolsonaro, Guedes e Maia. Só nossa mobilização pode impedi-los.

Por Alberto Terres

Quem viveu os anos 90, conheceu o nascimento do discurso do “Estado Mínimo” no Brasil. Usado para justificar uma onda de privatizações e ataques aos serviços públicos políticos, jornais e comentaristas patrocinados entoavam a ladainha de que o “Estado precisa sair da economia para cuidar da segurança, saúde e educação”.

Sabíamos que era mentira, nunca quiseram cuidar da “segurança, saúde e educação”, estão aí os mais de 100 mil mortos pela Covid-19 para provar o quanto os direitos básicos foram cerceados, mesmo que tenha havido alguma recuperação durante os governos Lula e Dilma e o Sistema Único de Saúde (SUS) lute para se manter em pé.



Ilustrativa/FreePik

Mas hoje até este discurso foi abandonado. O interesse em retirar dinheiro do orçamento público para remetê-lo ao sistema financeiro fez os velhos comentaristas partirem para a defesa do fim dos serviços públicos. O que era “dever do Estado” agora deve passar a ser fonte de lucro e não mais um direito. A privatização da água, do saneamento, a entrega de hospitais e postos de saúde para Organizações Sociais (OSs) e os *vouchers* para a educação são passos de uma receita aplicada na União, estados e municípios.

Bolsonaro, Paulo Guedes e Rodrigo Maia, auxiliados pela mídia e pelo Instituto Millenium – este último, biombo dos privatistas e representantes dos banqueiros – aceleram o passo para impor uma “reforma” administrativa ainda durante a pandemia. Entre nós não pode haver dúvida que se eles puderem, irão reduzir os salários, desmantelar os concursos públicos e a estabilidade no emprego.

Em junho deste ano o governador Eduardo Leite e o prefeito Nelson Marchezan Jr, por exemplo, vieram à público lamentar que o Supremo Tribunal Federal (STF) os impediu de reduzir os salários dos servidores usando medida prevista na redação original da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

Não só no Brasil, mas em todo mundo, há uma guerra contra os direitos dos trabalhadores do setor público e privado. É a agonia do sistema que recai sobre os ombros dos que vivem do seu trabalho. As eleições de novembro podem se tornar um plebiscito sobre qual caminho queremos seguir. Seguramente é a nossa mobilização a única ferramenta que pode virar o jogo a nosso favor.



ALBERTO TERRES

✉ albertoterres@gmail.com

Servidor Público Municipal SMS e
Assistente Social – CRAS nº 7.810.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **DOU**: Brasília de 5 maio. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 23 ago. 2020.

O Governo Marchezan elegeu o serviço público **como inimigo**

Por Jonas Tarcísio Reis

Neste texto, enumeramos os principais retrocessos perpetrados pelo governo Marchezan. Também destacamos as ações que atravancaram a consecução de políticas públicas na capital, desde 2017.

O governo Marchezan, antes mesmo de assumir, em 1º de janeiro de 2017, tentou dar uma rasteira nos municipais ao aconselhar o então prefeito José Fortunati a não pagar o décimo terceiro do funcionalismo, em 20 de dezembro de 2016. Essa foi a primeira batalha que a categoria municipal travaria na defesa de seus direitos. Mas, com mobilização, a categoria foi vitoriosa e prevaleceram o bom senso e o respeito à legislação municipal.

No entanto, nos demais anos, vimos uma série complexa de arbitrariedades e ataques à legislação municipal. Os salários dos servidores públicos foram, por diversos meses, parcelados de forma ilegal e irresponsável, mesmo tendo dinheiro em caixa, mesmo fechando todos os anos de gestão com superávit. Lembremos 2019, que fechou com superávit de mais de R\$ 600 milhões. Mesmo assim, o governo criou a farsa do caos financeiro, advinda dos cargos comissionados da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF). Um verdadeiro festival de horrores. Nunca, na história de Porto Alegre, se faltou tanto com a informação completa acerca do Tesouro Municipal. A SMF virou uma caixa-preta, que nem o Ministério Público de Contas conseguiu, até hoje, abrir por completo. Estamos, ainda, na expectativa.

Nem mesmo os governos mais autoritários atacaram os sistemas legais da forma como vemos hoje. Apenas ditaduras assim o fizeram como, por exemplo, em 1968, quando foi editado o Ato Institucional nº 5, o famoso AI-5. Mas, o governo Marchezan renovou o conceito de banalização da justiça e do respeito à ordem pública. Inclusive, inaugurou a radicalização do desrespeito aos conselhos da cidade, órgãos fiscalizadores, previstos na legislação municipal e que o governo engavetou, amordaçou ou perseguiu. Isso é normal para um governo que sempre odiou prestar contas para a sociedade civil, tampouco aprecia a transparência em seus atos “polítiques”.

Em julho de 2017, sofremos um duro golpe em nossos salários. Mesmo com parecer contrário do Conselho de Administração (CAD) do Previmpa, o governo aprovou na Câmara o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14%, reduzindo nossos salários em 3%, em um cenário em

que ele dava o calote na data-base 2017. O CAD tinha comprovado a saúde financeira do fundo. Contudo, a resistência da categoria foi importante, com a ocupação do plenário da Câmara para tentar impedir a votação irresponsável de uma lei perversa. Mas, os vereadores da base aliada do governo se esconderam para aprovar, sem a presença do povo.

Nesse governo, a categoria municipal travou as duas maiores greves desde a criação do Simpa. Foram as duas maiores greves na defesa dos direitos do povo trabalhador do serviço público municipal. Foram mais de 80 dias de greve somando 2017 e 2018. Nesses dois anos, a categoria conseguiu resistir e garantir os triênios, os adicionais de 15 e 25 anos, os regimes especiais de trabalho, entre outros direitos. Enfim, foram mais de dois anos de resistência na defesa de direitos históricos. Porém, na política do “toma-lá-dá-cá”, em 2019, o governo conseguiu implementar o fim de alguns desses direitos, negociando apoios na Câmara. Passados alguns meses, tivemos um vereador da base do governo sendo preso, acusado de graves crimes contra o erário público.

O governo incorreu em erros graves ao atacar a carreira. Um funcionalismo sem carreira tem a tendência de atuar desmotivado. Sem valorização, jamais a cidade atrairá bons profissionais para o serviço público. Como ter excelência sem ótimos trabalhadores? Na prática, projetou uma Prefeitura para o futuro com a redução da qualidade gradual dos serviços, à medida que os novos que entrarem ou os que estão no meio da carreira saírem da Prefeitura. O governo criou a política da “fuga de cérebros”¹ dentro da Prefeitura. Quem puder sair, não pensará duas vezes em procurar outros espaços que valorizem suas habilidades profissionais de fato.

Nessa linha gestora, no caso da educação, sua opção foi a compra de pacotes privados de ilusões para as comunidades, com *startups* e outras parcerias milionárias, enquanto as escolas públicas penam com escassos recursos financeiros. Fechou turmas e deixou vagos mais de 700 cargos de professores; 98 escolas sem alguma aula todos os dias, durante quase quatro anos. Os contratos temporários criados foram *fake news*, não supriram a realidade. Muitos alunos ficaram sem aulas de artes, português, língua estrangeira e matemática por mais de dois anos, em média.

Na assistência social, por exemplo, privatizou toda a rede de abrigos, restando apenas um espaço público para a população adulta. Cortou o orçamento da área em 65 mi-

¹ A fuga de cérebros é um fenômeno em que os melhores profissionais são atraídos por maiores salários para fora de um espaço, que pode ser um setor de serviço, uma empresa, uma cidade ou até um país.

lhões de reais. Suspendeu o repasse de recursos para as entidades que prestam serviço, não repassando o valor para as famílias que deveriam ser atendidas. Falta planejamento para a execução dos serviços, ocasionando a devolução de recursos do governo federal. Ausência de transparência na distribuição das cestas básicas deixando muitas famílias sem acesso à alimentação. O único abrigo para famílias na cidade foi fechado.

O governo coloca em risco mais de 1,5 milhões de habitantes quando sucateia a saúde terceirizando, privatizando e fechando serviços. Tal prática permite ao prefeito terceirizar a responsabilidade de gestor, tornando fácil a não manutenção dos salários em dia e transferindo, exclusivamente, a culpa para as empresas contratadas. O resultado se traduz em serviços de saúde sem higienização, sem segurança nas portarias, sem refeições adequadas para funcionários e pacientes. Atacou pesadamente a Atenção Básica com o fechamento de várias Unidades de Saúde. Somaram diversos grupos territoriais em poucas unidades, desconsiderando vínculos, processos de trabalho e participação popular para a solução de problemas locais. Com a destruição do Imesf, gerou a precarização e o desrespeito com a população, que ficou prejudicada em função dos gastos com transporte para acessar os novos locais e as filas que aumentaram nas unidades. Criou o retorno da centralização da saúde na “marra”, o descumprimento aos princípios de territorialidade do SUS. Privatizou os Pronto Atendimentos (PAs) da Lomba do Pinheiro e do Bom Jesus, mas o serviço não melhorou. No final de 2016, tínhamos um total de 5.386 servidores na saúde municipal. No final de 2020, contávamos com pouco mais de 4 mil, apenas. No HPS, o ranking foi de 1,2 mil funcionários para pouco mais de 800, no período Marchezan.

No DMAE, o sucateamento foi grande. Canos jorram água potável pelas avenidas durante horas porque as equipes, reduzidas e sobrecarregadas, já não dão conta da demanda. Resultado: falta água para quem mais precisa. Esse quadro tem relação direta com o déficit de pessoal no DMAE. Em 2016, o departamento contava com 1.790 servidores. Em julho de 2020, restavam apenas 1.326 servidores.

Fechou secretarias e retirou direitos da população, como a extinção da Secretaria Municipal de Esportes. Com isso, a saúde da população idosa perdeu espaços de prevenção, integração e lazer, onde as pessoas participavam de atividades físicas em praças e parques da Capital.

Poderíamos mencionar tantas outras áreas e secretarias sucateadas, mas ficamos com essas, como exemplo, por agora.

Além disso, esse governo busca responsabilizar unicamente os servidores pela ausência de políticas públicas advinda da incompetência de sua coalizão de partidos e da má qualidade histórica de quadros partidários que dirigem as secretarias. Aliás, nunca houve tanta troca de secretariado como nesse governo. Tenta uma cortina de fumaça para a falta de boa gestão e total ausência de inovação e otimização dos recursos públicos. Implementou o assédio e a

perseguição aos servidores como uma frente de gestão. E, também, não realizou concursos públicos para suprir as demandas reais das secretarias, fazendo a população se revoltar contra o serviço público.

Desde janeiro de 2017, o governo se recusa a negociar com os servidores municipais uma mísera reposição salarial, garantida na Lei Orgânica do Município – portanto, comete clara ilegalidade. Considerando o cenário inflacionário de cerca de 15% no período de maio de 2016 a abril de 2020, o quadro que se coloca ao funcionalismo municipal de Porto Alegre é de evidente deterioração de seu poder aquisitivo. A política do calote precisa cessar.

Entretanto, devemos festejar nossa resistência. Marchezan não destruiu tudo que queria, pois os servidores foram guardiões das boas práticas em prol do povo. Afinal, quem faz o serviço público acontecer são os servidores, médicos, engenheiros, professores, monitores, nutricionistas, arquitetos, administradores, enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais, advogados, técnicos de nível médio, operários, enfim, trabalhadores de todos os setores, importantes para entregar os serviços que as políticas públicas preconizam.

Os servidores públicos combateram o governo Marchezan e sua política neoliberal nos últimos quatro anos. Conseguiram barrar ou frear momentaneamente a destruição do município de Porto Alegre e também o desmonte da máquina pública que gerou o caos em que nos encontramos no ano de 2020, com escassez de serviços de educação, cultura, saúde, segurança, saneamento e pavimentação, principalmente sem considerar as questões ambientais, do plano diretor, do aumento de impostos via IPTU, bem como dos planos de saúde, de educação e de saneamento que estão engavetados, submetidos agora às alianças entre o governo e o capital privado.

Apesar de tudo isso, precisamos pensar que é possível um novo tempo, um novo amanhã, sem as turmas do “oba-oba”, de governos autoritários que elegem o serviço e o servidor público como inimigo. Como resposta aos retrocessos, os municipais apoiarão apenas projetos que se comprometerem com o serviço público de verdade. Essa é uma certeza. Isso é o mínimo que faremos!

REFERÊNCIA

A VERDADE sobre as finanças públicas de Porto Alegre. Porto Alegre: IDEA, 2020. <https://jefersonmiola.files.wordpress.com/2020/03/a-verdade-sobre-as-financ3a7as-da-prefeitura-de-porto-alegre.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.



JONAS TARCÍSIO REIS

✉ jotaonas@yahoo.com.br

Doutor em Educação. Diretor-geral do Simpa (licenciado). Professor da RME-POA (licenciado).

Porto Alegre na pandemia:

Como estão se virando os empreendedores

Que, com o vem e vai de regras sobre o funcionamento do comércio toda a população de Porto Alegre – e, em diferentes proporções, do mundo – vem sofrendo, não é nem preciso falar muito. As notícias sobre as dificuldades estão em toda a parte, bem como os exemplos de solidariedade que, por mais que se multipliquem, não dão conta de matar a fome e assegurar a sobrevivência de todas as pessoas de modo digno. Nesse contexto, a reportagem da Revista da Astec conversou com cidadãos porto-alegrenses que buscaram alternativas para sobreviver à pandemia por meio de seus pequenos empreendimentos. Confira e inspire-se!



Arquivo pessoal

A produção de máscaras ajudou a sair da crise

Há mais de 20 anos trabalhando com confecção própria, na zona sul da cidade, a costureira Sônia Maria da Silva e o marido, que já tiveram loja, estavam trabalhando principalmente com reforma de roupas, quando o isolamento social chegou. Como a maior parte da clientela era de senhoras idosas, a demanda caiu muito e deixaram de contar com a colaboração de uma costureira *freelancer*, que também pertence ao grupo de risco. A alternativa foi partir para a confecção de roupas sem muita modelagem, como pijamas, blusas básicas, camisetas e camisolas, além da produção de máscaras. Para alcançar os clientes, novas parcerias foram essenciais: uma costureira fora do grupo de risco, que também contribuiu para organizar vendas por aplicativo, e um motoboy para as entregas. “No começo, foi difícil e estressante”, conta Sônia, “mas, agora já nos adaptamos.”

Com um diferencial de atendimento personalizado, o casal Margarete e Miguel Dias conseguiu fidelizar a clientela, ao longo de duas décadas de funcionamento de sua pequena ferragem, na zona sul da Capital. Desde o último mês de março, foi esse vínculo de confiança que permitiu a sobrevivência e a reorganização rápida do empreendimento. O fluxo das vendas diminuiu – abril foi o pior mês – mas, a mesma administração rigorosa de recursos que possibilitou formarem a única filha em Direito, há alguns anos, agora evita a tomada de empréstimo bancário e mantém o negócio em funcionamento. Embora o número de atendimentos presenciais tenha sido reduzido e só aconteça com um cliente por vez no interior da loja, as vendas por telefone e aplicativo foram intensificadas. As entregas domiciliares são feitas por Miguel, no próprio carro do casal – dependendo do montante da compra, sem cobrança de taxa. O volume de trabalho, de segunda a sábado, é grande e eles acreditam que, mesmo quando a pandemia passar, essa realidade vai mudar pouco, porque muitas pessoas estão satisfeitas com a comodidade das compras por telefone e aplicativo.



Anna De Carli/CarliCom

No interior da loja, apenas um cliente de cada vez



Arquivo pessoal

Distância e máscaras para evitar o contágio durante a instalação de corrimãos e guarda-corpos para a proteção, principalmente, de pessoas idosas

As vendas caíram pela metade e a inadimplência aumentou: das 20 a 30 obras por mês, a Poletto Inox, que atende Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com a fabricação e instalação de corrimãos e guarda-corpos, passou a atender apenas de 10 a 20 clientes mensalmente, em média. Sediada, há três anos, na zona norte de Porto Alegre, a pequena empresa procura driblar a baixa do faturamento e manter a capacidade de sustentar as cinco famílias que dependem do negócio: três delas de integrantes da família Poletto e duas famílias de funcionários. Entre as novas medidas adotadas, está o enxugamento de custos e o lançamento de novos produtos para aumentar o giro de capital – espetos, grelhas, suportes de segurança para banheiro, lareiras ecológicas, pinças para vidro, dentre outras peças que levam tempo para ser fabricadas, estão sendo estocadas de acordo com as possibilidades do caixa da empresa. Também foi necessário reduzir a carga horária em 30% e lançar mão da redução dos salários dos funcionários, para evitar demissões. Contudo, de acordo com Edson Poletto, responsável pela atenção aos clientes, “o aumento da rapidez nos atendimentos, com a agilidade no trânsito mais desafogado, e a manutenção dos empregos diante do cenário recessivo, têm mantido os trabalhadores motivados e esperançosos de que a situação melhore”. Outra mudança importante foi observada nas visitas aos clientes, em grande parte idosos que necessitam a proteção dos corrimãos e guarda-corpos: o uso de máscaras, a manutenção da distância mínima de dois metros e a higienização constante das mãos com álcool em gel tornaram-se um cuidado constante por parte de todos na empresa”, destaca Edson.

Ir ao supermercado em tempos de pandemia é potencializar o risco de contrair a Covid-19. Intensificar a telentrega de verduras e legumes orgânicos, além de reduzir esse risco, foi o caminho encontrado pela Granja Maggi não só para manter como para ampliar as vendas, a partir do mês de abril. Com experiência de quatro anos em atendimento em domicílio, a família lançou mão da tecnologia para passar a abastecer um número maior de clientes, em Porto Alegre, região metropolitana e várias cidades do litoral norte do estado. “As pessoas estão mais estressadas”, explica Isadora Maggi, proprietária da granja. Mesmo assim, o atendimento personalizado e seguro faz diferença. “Somos cinco pessoas da família que tocam o negócio. No início, nós também nos estressamos com as mudanças, mas, hoje, tudo está sob controle e acreditamos que vamos permanecer com esse fluxo de vendas, mesmo quando o isolamento acabar”, afirma Isadora.



Produtos orgânicos, direto do produtor, vendidos por aplicativo...



Arquivo pessoal

...e entregues em domicílio: receita para driblar a crise

Covid-19: prevenir é o melhor modo de combater o vírus

Por Dimas Alexandre Kliemann e Manoela Vaucher

A atual pandemia do Covid-19 é causada pelo vírus SARS-COV-2 que diverge dos demais coronavírus pela facilidade de contágio. A transmissão ocorre pelas gotículas respiratórias expulsas ao tossir e ao falar, assim como pelo contato físico. Sabemos que o vírus permanece vivo em diversas superfícies por vários dias e que podemos adquiri-lo ao tocar um local contaminado e sequencialmente tocar em alguma mucosa como nariz, bocas ou olhos. Por isso, ressalta-se a importância não só do uso da máscara, mas, principalmente, da higiene das mãos com água e sabão ou álcool gel para evitar o autocontágio.

Apesar de a necessidade de aprofundar os estudos, compreendemos que a transmissão do vírus ocorre de forma equivalente por meio de pessoas sem sintomas, mesmo que menos frequente. Como relatado em alguns estudos, diversos familiares que têm contato com pessoas contaminadas não apresentam sintomas, bem como não apresentam exames positivos indicando a possibilidade de transmissão. Portanto, é interessante compreender que a chance de infecção depende tanto da quantidade de vírus transmitida como também da imunidade de cada indivíduo.

Temos três tipos de exames disponíveis para auxílio ao diagnóstico dos pacientes. O primeiro, o RT-PCR, é realizado a partir da coleta de swab das vias aéreas e é mais preciso para diagnóstico de pessoas com sintomas respiratórios. Entretanto, não está disponível para todos devido ao custo. O segundo exame disponível são as sorologias, IgA, IgM e IgG, anticorpos para SARS-COV-2 que refletem a imunidade aguda ou tardia de pessoas que tiveram a doença ou contato com o vírus. A sorologia é um exame muito sensível, mas para a realização é necessária a coleta de sangue em laboratório e mais de dez dias de sintomas ou contato com o vírus para que o sistema imune tenha tido tempo de desenvolver os anticorpos. Ou seja, a sorologia não é ideal para o diagnóstico de sintomas agudos. O teste rápido é o terceiro exame e tem sido muito difundido para identificação da “imunidade de rebanho”. Este teste é realizado na ponta do dedo e tem por objetivo identificar os mesmos anticorpos visua-

lizados nas sorologias. A coleta é mais fácil e mais rápida em comparação às sorologias, porém este tipo é inferior por ser menos sensível. Quando o exame é realizado precocemente tem a chance de ser negativo, por não haver o tempo necessário ao desenvolvimento de anticorpos. Também o IgM, identificado no teste rápido, tem chance de ser falso-positivo por cruzamento com outros vírus. Assim sendo, não é o melhor exame para ter conclusões isoladas a respeito da situação clínica dos pacientes.

Com essas informações ressaltamos a necessidade de um especialista analisar cada caso individualmente pela indisponibilidade de exames mais sensíveis e específicos para todos. Ainda não existem estudos com comprovação satisfatória sobre medicamentos e vacinas. Também não há previsão exata do final da pandemia e dos casos no Brasil. Então, as medidas de prevenção citadas anteriormente são indispensáveis para o combate ao vírus. A população deve estar atenta aos sintomas de febre, tosse, cansaço e aos sintomas de gravidade como falta de ar, procurando atendimento sempre que necessário.



Arquivo SMS



DIMAS ALEXANDRE KLIEMANN

✉ dimaskliemann@gmail.com

CRMRS 24.595/RS. Médico infectologista da Secretaria Municipal da Saúde – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Professor do Curso de Pós-Graduação em Hepatologia da UFCSPA.



MANOELA VAUCHER

✉ manuvaucher@hotmail.com

CRMRS 42.614/RS. Médica Infectologista do Serviço de Atendimento Especializado – Lajeado e Hospital São José. Professora do Curso de Medicina da Univates.

Fiscalizar o uso correto de EPIs pelas empresas terceirizadas: uma das atribuições dos técnicos de nível superior nas obras do município

Desde o nascimento da pandemia do coronavírus, fomos todos aprendendo que, entre as principais medidas de proteção está o uso de máscaras, a higienização das mãos com álcool em gel e o distanciamento físico. No âmbito da Prefeitura de Porto Alegre (PMPA), foram publicados e são constantemente atualizados os Protocolos de Prevenção de Surto e Cuidados Relacionados à Covid-19.

Aposentado há cerca de 10 anos da Prefeitura de Porto Alegre (PMPA), o eng. civil Manoel João Souza de Freitas, associado da Astec, seguiu trabalhando com a prestação de serviços para diversos órgãos públicos e, desde o ano passado, aceitou o convite para voltar a atuar na PMPA, desta vez, na Diretoria-Geral de Mobilidade e Drenagem Urbana (DGMDU), da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM). Entre as suas principais atividades, estão projetos e obras de pavimentação de ruas do Orçamento Participativo e de mobilidade, como a revitalização da Rua dos Andradas, Quadrilátero, João Alfredo e Centro Histórico, além da construção e recuperação de obras de arte especiais, como pontes, passarelas, passagens de nível, elevada, túnel e viadutos. O engenheiro responde, ainda, pela fiscalização das obras de contrapartidas, que são as mais variadas obras executadas por empreendedores, como pavimentação, pontes e paradas de ônibus, entre outras. Em entrevista à *Revista da Astec*, Manoel Freitas fala sobre como está a proteção dos trabalhadores das empresas terceirizadas, nas obras do município.

Os funcionários terceirizada estão realmente protegidos?

Sim, estão protegidos pelos protocolos, uso de máscaras, disponibilidade de sabonete para higiene das mãos e álcool em gel, além do que, nas obras de mobilidade, quase sempre temos atividades em que é necessário o uso de luvas.



Distanciamento, luvas e máscaras para evitar o coronavírus



Fotos: Arquivo pessoal

Engenheiro Manoel João Souza de Freitas

O sr. pode detalhar como essa proteção está funcionando?

Quanto ao coronavírus, foram feitas diversas exigências para as empresas: uso de máscaras, disponibilizar álcool em gel, orientação e treinamento para o uso do equipamento de proteção individual (EPIs), com comprovação via certificado de presença). Também estamos usando escalas para os horários de almoço, a fim de evitar aglomeração; cartazes informativos fixados e orientações semanais nas obras. Os colaboradores que recebem as orientações assinam a ciência das informações.

Quem fiscaliza?

Além das equipes próprias das empresas, com técnicos em segurança do trabalho, os engenheiros da Prefeitura que atuam como fiscais das obras, fazem essas verificações em campo, durante a realização das atividades.

O que acontece caso alguém apresente sintomas de Covid-19 nas obras do município?

Caso algum colaborador esteja com algum tipo de sintoma, ele é orientado a procurar assistência médica para investigação e aguarda o resultado em casa, só retornando ao trabalho quando estiver liberado pelo médico. Em caso de contaminação por coronavírus, deverá ser feita uma comunicação de afastamento por ter contraído o vírus, bem como todos os procedimentos usuais para licença para tratamento de saúde.

MANOEL JOÃO SOUZA DE FREITAS

Engenheiro, CREA-RS 11.403, Diretoria Geral de Mobilidade e Drenagem Urbana (DGMDU), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM).

Leia também, nesta edição: Astec doa máscaras para servidores (pág. 31) e Protocolos de Prevenção de Surto e Cuidados Relacionados à Covid-19 (contracapa).

Isolamento social e *home office*: mudanças e adaptações em época de Coronavírus

Por Eduarda Xavier Lima e Silva, Julia Castilhos Flores Cruz e Luísa Pellegrini Comerlato



Ilustrativa/FreePik

Viver no confinamento e em situação de isolamento social pode não ser algo fácil. Nós, enquanto seres humanos, somos sujeitos que, desde os primeiros tempos no mundo, nos situamos a partir de referências que se dão no enlace com o outro. Somos seres, cujas condições de existir se fazem a partir das relações que são tecidas e que também tecemos de forma coletiva.

O novo tempo tem exigido reinvenções dos nossos modos de nos comunicarmos com os outros e de estarmos com nós mesmos. Nesse sentido, é um período em que dificuldades emocionais podem surgir ou mostrarem-se de forma mais acentuada. Enquanto psicólogas, temos apostado na modalidade de atendimento online, demarcando a importância do prosseguimento dos pacientes que já vinham em acompanhamento, bem como acolhendo novos casos que têm buscado um espaço de escuta na forma totalmente virtual. Temos escutado diversos relatos que descrevem sintomas associados a essa vivência. Dentre eles, aparecem com maior frequência ansiedade, dificuldades no sono, irritabilidade nas relações familiares, falta de disposição e ânimo para qualquer atividade, bem como maiores dificuldades de concentração no trabalho em *home office* e dificuldades de separação do tempo de trabalhar com o tempo importante para si (podendo gerar sobrecargas ou mesmo imobilidades). Sensação de solidão e tristeza, medo de morrer e algo de um estado de angústia, daquilo que não sabemos descrever ou dar nome, também estão presentes nesses relatos.

Em uma entrevista à BBC Brasil, o psicanalista Christian Dunker menciona que em nossa cultura uma das formas de castigo é o estar sozinho e restrito a um ambiente – desde os pais que mandam o filho “ir para o quarto pensar”, às penas de prisão. O imperativo de permanecer em casa atinge todos nós, mesmo aqueles que continuam trabalhando presencialmente. Estamos atravessados pela impossibilidade de manter a rotina, pelo fechamento de inúmeros espaços sociais. A restrição à circulação pode nos atingir como uma punição, tornando a compreensão da necessidade dessa medida mais difícil. Com isso, também ocorrem perdas dos momentos de prazer relativos ao

estar em casa. Muitos que desfrutavam do seu tempo no espaço de moradia têm se surpreendido com os incômodos produzidos pela necessidade da quarentena. Destacamos que a possibilidade de negar a gravidade da situação frente a este momento de instabilidade também se coloca como uma saída, uma espécie de defesa psíquica frente à dificuldade de lidar com os sentimentos trazidos por este momento.

Os sentimentos descritos até aqui podem se intensificar, especialmente, por esse ser um momento sem precedentes na história recente e que impõe uma imprevisibilidade sobre o impacto no nosso futuro particular e enquanto sociedade. Além disso, um bombardeio de notícias traça os efeitos da pandemia em tempo real e preveem o que irá acontecer, tanto em termos de saúde, como de economia. Importante situarmos também que o acesso a dados confiáveis pode contribuir com a informação coletiva e incentivar a implementação de medidas protetivas no enfrentamento dessa pandemia, o que exige parcimônia, visto que o mesmo pode contribuir com compulsões e compartilhamentos sem reflexões ou intensificar as tentativas de negar a gravidade da situação.

A tecnologia dispõe de recursos que permitem que diversas tarefas possam ser desenvolvidas em casa. Assim, muitos de nós têm a possibilidade de permanecer trabalhando e nos resguardando em isolamento social. No último mês, o *home office* se transformou de experiência de uma pequena parcela dos trabalhadores a uma prática recomendada e até exigida a todos que assim possam dar seguimento às suas atividades. Sendo essa uma modalidade de trabalho incomum para grande parte das pessoas, muitos encontram dificuldades em adaptar suas tarefas “de escritório” ao ambiente familiar, somado ao contexto de ter que lidar com os efeitos da pandemia, descritos anteriormente. Um dos desafios dessa modalidade de trabalho, assim como apontado por Dunker (2020), em uma matéria do Jornal da USP, é que ela exige reorganização e, ao mesmo tempo, os apaziguadores que encontramos e produzimos no ambiente de trabalho presencial – como as pausas para descanso e os momentos de troca com os colegas – são suspensos.

A restrição à circulação rompe ou modifica pequenos movimentos inerentes à nossa rotina. Para aqueles que estão em *home office*, não há mais o tempo de deslocamento até o trabalho, e a simples ida ao supermercado se torna um evento. Essa questão recai sobre o espaço da casa com efeitos de sobreposição, esse se torna o local onde se faz praticamente tudo e se permanece todo o tempo. Tal aglomeração de tarefas no mesmo lugar borra as fronteiras e dificulta a organização e as separações necessárias à rotina. Uma sensação de que tudo é a mesma coisa pode provocar a impossibilidade de se focar no trabalho ou de interrompê-lo.

Nessa direção, é essencial estabelecer marcos de descontinuidade, que irão tecendo uma nova rotina com as separações necessárias ao enlace de suas atividades profissionais e pessoais. Então, ao falarmos da prática em *home office*, destacamos dois aspectos que precisam estar articulados e organizados: o tempo e o espaço.

- **Estabeleça horários: seja para o trabalho, para o lazer ou para sua alimentação. Esta definição de início, intervalos e término é necessária. Além das atividades laborais, faça pausas e invista momentos de suspensão psíquica, descansando e mantendo atividades prazerosas;**

- **Organize seu espaço físico: o local de trabalho deve ser delimitado mesmo que não seja possível restringi-lo a um cômodo. Cabe ressaltar que a busca de privacidade em meio ao isolamento, pode ser desafiante, especialmente, em algumas realidades sociais, e pode exigir negociações e concessões;**

- **Comunique suas necessidades às pessoas com quem você divide o espaço de moradia. Há aqui um desafio especial aos que vivem com crianças, que além de exigirem uma atenção especial, sofrem de seu próprio modo para lidar com esse momento. Estabeleça uma rotina também para os pequenos, com espaços que intercalem atividades e brincadeiras e os inclua nas atividades da casa. Além disso, é importante conversar sobre o que estamos vivendo, esclarecendo a necessidade de eles respeitarem o tempo de trabalho dos adultos, na medida do possível. Somado a isso algumas flexibilizações se mostram essenciais, no tempo do momento de lazer, como deixá-los dormir até mais tarde, brincar e desenhar de forma livre;**

- **Crie uma rotina: busque adaptar os hábitos que você tinha antes da quarentena a essa nova realidade, como, por exemplo, vestir-se para trabalhar e manter seus horários cotidianos.**

Importante sublinhar que esses momentos de descontinuidade que estabelecem uma nova estrutura da rotina são singulares e cada um irá traçá-los em uma busca particular do que faz mais sentido para si. Além disso, apesar do foco desse escrito estar nas adaptações ao *home office*, essas indicações também auxiliam a vivência do isolamento social de uma forma mais ampla. Ou seja, enfatizamos a importância de atravessarmos esse momento de forma compartilhada, pois a preservação dos laços tem função importante em tempos de isolamento social.

Este texto teve a intenção de compartilhar nossas reflexões acerca do que estamos vivendo e colocar em perspectiva algumas práticas possíveis. Nesse sentido, um espaço de escuta pode ser fundamental para lidar com os sentimentos desse momento.

Saber sobre si pode ser uma brecha para atravessar a ausência de previsibilidade, bem como uma forma de sustentar esse período, conhecendo o que disso nos toca coletivamente e o que diz de nós enquanto sujeitos, em nossa história particular.

Gostaríamos de finalizar este escrito, pontuando que a pandemia denuncia a estrutura social em que vivemos, em que há condições de privilégio que são demarcadas por recortes sociais como, por exemplo, de gênero, classe e raça. Na intersecção de gênero, podemos situar as demandas de filhos e tarefas domésticas, que podem gerar sofrimentos e sobrecargas às mulheres – que, em sua maioria, já se ocupam disso diariamente, principalmente, mulheres negras. Com relação à raça, o campo da branquitude demarca uma posição de privilégio e de acesso a serviços, que, historicamente, a população negra já não possui. Ainda, o recorte de classe denuncia os serviços essenciais para o funcionamento social e põe em jogo as relações e condições de trabalho precarizadas. Nessa mesma direção, ressaltamos que o *home office* não é uma prática que pode ser adaptada em todas formas de trabalho, configurando-se também como posição de privilégio de uma camada da nossa sociedade. A pandemia do Coronavírus é momento para que, além do plano do um a um, possamos, em termos de políticas públicas, produzir um comum, possibilitando a construção de uma coletividade que dê conta das diferenças e promova a equidade.



EDUARDA XAVIER LIMA E SILVA
✉ eduardaxavierls@gmail.com
Psicóloga. CRP 07/29276.



JULIA CASTILHOS FLORES CRUZ
✉ juliacacruz@gmail.com
Psicóloga. CRP 07/19672.



LUÍSA PELLEGRINI COMERLATO
✉ luisapellegrinicomerlato@gmail.com
Psicóloga. CRP 07/29302.

REFERÊNCIAS

DUNKER, C. Como reorganizar a rotina pode ajudar sua saúde psíquica na quarentena. [Entrevista concedida a] Valéria Dias. **Jornal da USP**: São Paulo, 20.03.2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/como-reorganizar-a-rotina-pode-ajudar-sua-saude-psiquica-na-quarentena>. Acesso em: 12 abr. 2020.

DUNKER, C. Coronavírus: alguns sentem tanto medo que precisam negar o que está acontecendo, diz psicanalista. [Entrevista concedida a] Leandro Machado. **News Brasil**: BBC, s.l., 4 abril 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-52160230?at_custom2=twitter&at_custom4=1089781%204-7807-11EA-B805-DF20933C408C&at_custom3=BBC+Brasil&at_medium=custom7&at_campaign=64&fbclid=IwAR0HbiSBbRqIDW8MGRY-xs0%20LRJFW1zVhChE_Mdlye0kohVim-35zYweZcw. Acesso em: 12 abr. 2020.

O que essa experiência pode nos ensinar?

Por José Mário Neves

Sairemos dessa pandemia como uma sociedade mais separada por fronteiras, muros e preconceitos, ou mais humanizada, mais consciente de que “estamos todos no mesmo barco”, de que somos uma “comunidade de destino”, como fala Edgar Morin?

Já se tornou um chavão falar que toda crise é, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade – mas, apesar de chavão, essa é uma verdade, pois toda crise tensiona a realidade, expõe de forma mais ostensiva o que não está bem e nos desafia a superarmos as nossas limitações.

Neste pequeno artigo, buscaremos refletir sobre o complexo momento que estamos vivendo e indicar alguns aprendizados que essa vivência está propiciando. No plano coletivo, esses aprendizados podem significar importantes avanços para a sociedade, com ganhos especialmente para nós, servidores públicos da classe média, e no plano individual podem levar ao desenvolvimento de uma sensibilidade mais humanizada e solidária.

EM POUCOS MESES NOSSO MUNDO MUDOU RADICALMENTE!

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública e, em 11 de março de 2020, caracterizou a Covid-19 como uma pandemia. Foram confirmados no mundo, até 14 de setembro de 2020, mais de 28,9 milhões de casos de Covid-19 e mais de 922 mil mortes, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas-OMS), e a cada dia estes números são superados.

Esses dados são suficientes para demonstrar que essa pandemia é um “choque mundial”, um “acontecimento” ímpar, não apenas na história, mas também na vida de cada um de nós. Pela primeira vez temos toda a espécie humana conectada e sincronizada, vivenciando o mesmo desafio. Nem a 2ª Grande Guerra Mundial foi um acontecimento tão universal. Não existe nenhum lugar do planeta imune ao que está acontecendo – até mesmo as tribos isoladas da Amazônia estão sujeitas aos riscos da Covid.

Podemos definir este “acontecimento” como a maior crise enfrentada pela humanidade em muitas décadas. Nele confluem uma crise sanitária (pelo número de mortos e de pessoas infectadas), uma crise econômica (que já está presente e terá seus efeitos prolongados por anos) e uma crise que podemos chamar de antropológica, pois a pandemia expôs a vulnerabilidade da espécie humana (vários cientistas avaliam que estaremos cada vez mais expostos ao surgimento de novas pandemias).

No âmbito da experiência pessoal, a pandemia também se expressa de uma forma não menos dramática. Mesmo quem não padece dos efeitos imediatos decorrentes de problemas de saúde e das drásticas perdas afetivas e econômicas, sofre com o potencial risco ao qual todos estão expostos e com a radical desorganização do cotidiano provocado pelo confinamento, o que suscita medos, ansiedade e preocupações inusitadas.

NO BRASIL, A PANDEMIA TORNA-SE PANDEMÔNIO!

No nosso país, a esse quadro aflitivo acrescentam-se as graves deficiências da nação brasileira, que aparecem em três âmbitos: na sociedade, no Estado e no governo. No plano governamental, a resposta brasileira foi considerada desastrosa: começando pelos discursos conflitantes entre as esferas federal, estadual e municipal; passando pela descoordenação e ineficiência na alocação dos recursos; e chegando até a falta de planejamento para a obtenção dos insumos (testes e outros), estruturação da resposta assistencial e aproveitamento do potencial da atenção primária (o enfrentamento à Covid está concentrado na estrutura hospitalar). Como exemplo maior, temos a sucessão de equívocos e políticas disparatadas do Governo Federal, que em plena crise sanitária trocou duas vezes de Ministro da Saúde e até hoje tem um ministro interino, que não é da área da saúde.

No âmbito do Estado, temos também uma situação muito grave, que decorre do fato de que o Estado brasileiro não foi estruturado para garantir direitos e prestar serviços de qualidade e sim para dar sustentação política a uma estrutura social profundamente injusta e desigual. Isso fica evidente quando vemos que grande parte dos recursos públicos são apropriados pelo sistema financeiro, em detrimento das políticas públicas. A Emenda Constitucional 95 (EC95), de 2016, que congelou os gastos da União com despesas primárias por 20 anos, para drenar mais recursos públicos para o sistema financeiro, aprofundou ainda mais o corte de verbas das políticas sociais.

Neste momento de pandemia, vemos como o subfinanciamento histórico do SUS, aprofundado pela Emenda Constitucional nº 95, tem implicado em grandes obstáculos para o atendimento das necessidades de saúde da sociedade brasileira. Em Porto Alegre, essa política de desmonte do SUS foi agravada pelo governo Marchezan, com a extinção do Instituto Municipal de Estratégia da Saúde da Família (Imesf) e a entrega de grande parte das Unidades de Saúde para a iniciativa privada, tornando ainda mais deficitária a resposta assistencial à crise do Covid.

No âmbito da sociedade brasileira, a pandemia evidenciou que a enorme desigualdade social é um dos grandes desafios para o enfrentamento à Covid. Cabe lembrar que o Brasil é hoje o país democrático que mais concentra renda no 1% do topo da pirâmide, segundo o Relatório da Desigualdade Global, da Escola de Economia de Paris (Folha de São Paulo, 19/08/2019). Assim, vemos que a crise do coronavírus exacerbou muitas das iniquidades existentes no País – conforme vários estudos, os maiores atingidos são os segmentos sociais mais vulneráveis: negros, pobres e populações de periferia (MADEIRO, 2020). Neste sentido, o economista Jeffrey Sachs, professor da Universidade de Co-

lumbia, em artigo recente observou que “Países com menor nível de desigualdade estão sendo mais bem-sucedidos no combate à pandemia” (Jornal VALOR, 07/07/2020).

O “ADMIRÁVEL (VELHO) MUNDO NOVO”!

No entanto, a desigualdade não é um “privilegio” exclusivamente brasileiro. Na década de 80 tivemos o encerramento da “era da social democracia” e o início do período das políticas neoliberais e da precarização das relações de trabalho (Thatcher-Reagan) em todo o mundo. Essas políticas produziram uma grande aceleração dos níveis globais de desigualdade, como demonstrou o economista francês Thomas Piketty, no seu importante livro *O Capital no Século XXI*.

Cada vez fica mais evidente que temos, de um lado, o fortalecimento de uma aristocracia de super ricos, vivendo em um mundo de opulência e de hiperluxo e, de outro, o aumento da massa de remediados e de pobres, que não têm o mínimo para uma vida satisfatória (NEVES, 2019). **A consequência desse acelerado processo de concentração da riqueza é a progressiva extinção da classe média** e o retorno à estrutura de classes sociais do Século XIX: uma minoria extremamente rica e uma massa de miseráveis (a classe média é uma criação do Século XX).

No Brasil, vemos o processo de extinção da classe média expresso nas políticas de cortes de direitos sociais e de redução do Estado. Recentemente, tivemos a Reforma Trabalhista (2017) e a Reforma da Previdência (2019), que significaram dois brutais ataques aos direitos sociais conquistados em décadas de lutas no Século XX. No entanto, **para o serviço público, o pior ainda está por vir. Estava agendada para este ano a Reforma Administrativa e uma política agressiva de privatizações** pelo Governo Federal – que significam a maior investida planejada contra o serviço público e o patrimônio nacional desde a redemocratização do País. A Reforma Administrativa só saiu (temporariamente) da agenda política nacional por causa da crise do Covid.

Nos planos Estadual e Municipal, também vemos as políticas de privatização e de desmonte do serviço público serem implementadas com toda a força. Ataques às condições de trabalho e aos direitos históricos dos servidores, privatizações, desmontes de serviços, contratações precárias e privatizações. Na Prefeitura de Porto Alegre, para citar apenas alguns casos, podemos apontar o desmonte de várias áreas: como a SME, a SMAM, as áreas de planejamento e de gestão, a assistência

social, a educação e o Imsf. Como parte dessa política de desmonte, tivemos a entrega para a gestão privada ou mesmo a privatização de serviços de saúde, de iluminação, de manutenção de parques, além das tentativas de privatização do DMAE e da Procompa.

Esse conjunto de políticas, que já avançaram enormemente no processo de redução dos direitos trabalhistas, desmantelamento dos serviços públicos e privatizações, têm como objetivo criar uma sociedade baseada no trabalho precário e sem direitos. As políticas de austeridade e de redução do Estado, associada à “uberização” das relações de trabalho, produzem a concentração da riqueza no sistema financeiro e nas grandes corporações, acabando com as possibilidades de sustentação da classe média.

Tamanha concentração da riqueza produz também uma enorme concentração do poder: o sistema financeiro e as grandes corporações dominam as esferas das decisões políticas através do controle da mídia, dos jogos políticos-partidários e de múltiplas estratégias de manipulação social. Além disso, o sentimento de frustração e injustiça produzido por uma estrutura social excessivamente desigual é um risco para a estabilidade e para a democracia, pois historicamente a classe média é a base para sustentação de uma sociedade próspera e democrática.

A CRISE DA COVID COMO UMA OPORTUNIDADE PARA UM MUNDO MELHOR!

Como dissemos anteriormente, a crise além de um desafio é uma oportunidade, pois expõe com mais nitidez os problemas presentes na nossa realidade. Nesse sentido, Martin Wolf, do *Financial Times*, de Londres, em artigo publicado no *Jornal Valor* (07/07/2020) questiona: *A Covid-19 é um choque mundial. Mas será que é um choque transformador?*

Ao nos colocarmos essa pergunta, imediatamente surge uma questão: **será que a experiência do isolamento social imposta pela pandemia vai aumentar o individualismo e a segregação social ou vai fortalecer o sentimento de solidariedade e propiciar o desenvolvimento de novas formas de fraternidade e de cooperação?** Sairemos dessa pandemia como uma sociedade mais separada por fronteiras, muros e preconceitos, ou mais unida, mais humanizada, mais consciente de que “estamos todos no mesmo barco”, de que somos uma “comunidade de destino”, como fala o filósofo Edgar Morin?

A possibilidade da crise do Covid-19 ser transformadora em um sentido positivo depende do que cada um de nós vai apren-



Milo Cardoso/Leão Fúcsia

der com essa experiência e o que todos nós, como sociedade, vamos fazer a partir desse aprendizado.

Vimos que, no mundo inteiro, a crise sanitária fortaleceu a compreensão da importância do Estado para a garantia da saúde e do bem-estar da sociedade. E no Brasil, a pandemia explicitou a profunda desigualdade social, expôs as deficiências na gestão do Estado e a insuficiência de financiamento para as políticas públicas, em especial para o SUS. A crise do Covid revelou também os profundos limites de alguns governos, especialmente o do nosso País e o dos EUA, que demonstraram um total despreparo e descompromisso com a saúde e com a vida da população.

Pela primeira vez, a sociedade brasileira unanimemente reconheceu a importância de uma política pública como o SUS e a necessidade de um programa de renda mínima. Por isso, a clara percepção da insustentabilidade de uma sociedade tão desigual quanto a nossa, associada ao reconhecimento da importância das políticas públicas para a proteção da sociedade, pode constituir um ponto de virada na nefasta trajetória de desconstrução dos direitos sociais, de desmonte do Estado e de extinção da classe média.

Assim, no plano coletivo, a consciência produzida pela experiência da pandemia pode favorecer o despertar de uma nova composição de forças sociais, que reúna a maioria da população brasileira na luta pela criação de uma sociedade mais justa e mais igualitária e de um efetivo Estado de bem-estar social para todos.

É importante ressaltar que não se trata aqui de uma ideia de mobilização social pela manutenção do que ainda resta da classe média no nosso País, como se fosse uma luta por privilégios, mas de buscar uma ampla união de forças para estender as condições de vida da classe média para toda a sociedade. O caminho trilhado pelos países que se desenvolveram – como vemos na Europa – foi a união de todos os que queriam uma sociedade mais igualitária na defesa dos interesses da nação: investindo na saúde, na educação, na valorização do trabalho e nos demais direitos sociais.

Em síntese: a nossa existência, enquanto servidores públicos e classe média, depende desse despertar. Depende de conseguirmos mostrar para a sociedade que o desmantelamento do serviço público, a precarização das relações de trabalho e a concentração da riqueza interessa apenas ao sistema financeiro e às grandes corporações, em detrimento do interesse da maioria do povo brasileiro.

No plano individual, essa experiência também pode suscitar importantes mudanças. Em uma entrevista recente ao *Jornal Libération* (29/03/2020), Edgar Morin observou que todos vivemos sob a influência de consumismo, “viciados em produtos de virtudes ilusórias”, e que “O confinamento poderia ser uma oportunidade de desintoxicação mental e física, que nos permitiria selecionar o importante e rejeitar o frívolo, o supérfluo, o ilusório. O importante é evidentemente o amor, a amizade, a solidariedade, a fraternidade, o desabrochar do Eu em um Nós. Nesse sentido, o confinamento poderia suscitar uma crise existencial salutar, em que nós refletiríamos sobre o sentido de nossas vidas”. Assim, a “crise existencial” da pandemia pode nos ensinar que é possível viver de outras maneiras, em busca de coisas que tenham mais sentido humanos do que a acumulação de riqueza e o consumismo.

Achamos importante concluir reforçando que este momento crítico nos traz uma carga de angústia e de sofrimento, mas que **essa experiência também pode servir para a construção individual e coletiva de um novo humanismo**, no sentido da poética definição de Edgar Morin, na entrevista citada a seguir:

“O humanismo, a meu ver, não é somente a consciência de solidariedade humana, é também o sentimento de estar no interior de uma desconhecida e incrível aventura. No seio dessa aventura desconhecida cada um faz parte de um grande ser constituído de sete bilhões de humanos, como uma célula faz parte de um corpo entre centenas de bilhões de células. Cada um participa desse ilimitado, desse inacabado, dessa realidade fortemente tecida de sonho, desse ser de dor, de alegria e de incerteza que está em nós assim como nós nele. Cada um dentre nós faz parte dessa inaudita aventura, no seio da própria espantosa aventura do universo”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc95.htm Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Organização Pan-Americana de Saúde. **Folha informativa** – Covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus). OPAS-Brasil, 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 30 jul. 2020

CANZIAN, Fernando; MENA, Fernanda; ALMEIDA, Lalo de (Ilus.). Super-ricos no Brasil lideram concentração de renda global. **Folha de São Paulo**: São Paulo, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-global/brasil/super-ricos-no-brasil-lideram-concentracao-de-renda-global.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2020.

CARRO, Rodrigo. Gastos para recuperar economia podem comprometer futuro, diz Sachs. **Econômico Valor**: Rio de Janeiro, 07 jul. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/07/gastos-para-recuperar-economia-podem-comprometer-futuro-diz-sachs.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MADEIRO, Carlos. Covid mata 55% dos negros e 38% dos brancos internados no país, diz estudo. **UOL**, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/02/covid-mata-54-dos-negros-e-37-dos-brancos-internados-no-pais-diz-estudo.htm>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MORIN, Edgar. **Sentir mais do que nunca a comunidade de destino de toda a humanidade**. [Entrevista cedida a] a Simon Blin. Campinas: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção local, 2020. Nota: Publicada originalmente no *Liberation* em 29.03.2020. Trad. Luciano Duarte, Wagner Nabarro e Gustavo Teramatsu. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/site/2020/entrevista-edgar-morin-sentir-mais-do-que-nunca-a-comunidade-de-destino-de-toda-a-humanidade>. Acesso em: 30 jul. 2020.

NEVES, José Mario. **Que sociedade resultará da extinção da classe média?** Blog Psicanalistas pela democracia. S.l. : 5 nov. 2019. Disponível em: <https://psicanalisedemocracia.com.br/2019/11/que-sociedade-resultara-da-extincao-da-classe-media-por-jose-mario-neves>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS-OMS). **Folha informativa** – Covid-19. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 15 set. 2020.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

WOLF, Martin. Classe média forte sustenta a democracia. **Econômico Valor**: Rio de Janeiro, 7 jul. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 30 jul. 2020.



JOSÉ MÁRIO NEVES

✉ jmario.neves@gmail.com

CRP 07/04752 Psicólogo na Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pelo Conselho Federal de Psicologia, Mestre e Doutor em Psicologia Social pela UFRGS. Autor dos livros: *A Face Oculta da Organização*, editado pelas Editoras da UFRGS e Sulina; e *Trabalho e Gestão na Perspectiva da Atividade: crítica, clínica e cartografia*, pela Editora Sulina.

Você já ouviu falar em arteterapia?

Por **Margarete Alessandrini**

A arte pode ser pensada como sendo uma das formas de expressão do ser humano e podemos supor que o homem das cavernas já a utilizava desta maneira. “E muitas foram as manifestações de dor, angústias, luta, morte, vitórias e alegrias representadas nas paredes das cavernas (pinturas rupestres), o que nos faz pensar em projeções do inconsciente representadas por imagens e símbolos (ROHDE, 2016, p.1)”.

As artes em geral têm o poder de alcançar emoções profundas, como refere Brown (2000). Com a arte, pode ser mudada a maneira como cada um se sente em relação ao mundo e a si mesmo. “A arteterapia consegue examinar a forma como você olha para si mesmo e para o mundo (ROHDE, 2016, p.1)”.

Usando símbolos expressos em diferentes formas artísticas e usando diferentes materiais, a arteterapia propicia o contato com o eu interior – o que colabora com o autoconhecimento e a cura interna de quem pratica as vivências propostas pelo arteterapeuta, que é o profissional com a formação necessária para ser o facilitador do processo.

Conforme PHILIPPINI (2000), a arteterapia resgata a promoção, a prevenção e a expansão da saúde; auxilia a resgatar desbloquear e fortalecer potenciais criativos, por meio de formas de expressão diversas. Ademais, facilita que cada um encontre, comunique e expanda o seu próprio caminho criativo e singular, favorecendo a expressão, a revelação e o reconhecimento do mundo interno e inconsciente.

A arteterapia é uma possibilidade terapêutica, na qual a arte é o seu principal recurso, um instrumento catalisador, uma forma de expressão não verbal dos conteúdos internos. Como prática terapêutica possibilita unir arte e terapia em um único espaço, sendo o recurso artístico uma ferramenta facilitadora no processo de autoconhecimento, promovendo a expansão da consciência e da percepção acerca de si mesmo e do outro. Porém, é necessário levar em conta que o mais importante nesse processo não é a arte pela arte, sua beleza e grandiosidade ou a questão estética e, sim, o significado do fazer, o processo que leva a um resultado e não o resultado em si. Por ser uma abordagem processual, o valor terapêutico da atividade artística está tanto no processo de criação, quanto nas possíveis reflexões e elaborações posteriores sobre os trabalhos realizados. Pelo exercício da arte busca-se resgatar a dimensão integral do homem. A arte se propõe a algo pessoal, único e expressa a linguagem do inconsciente, a qual se transforma em conteúdo para atingir os objetivos da arteterapia.

OBJETIVOS DA ARTETERAPIA

A arteterapia tem como propósito contribuir para que os sentimentos e emoções venham à tona, favorecendo o processo terapêutico, de maneira que o indivíduo entre em contato com conteúdos internos e muitas vezes inconscientes, normalmente barrados por algum motivo e que muitas vezes são mais difíceis de serem expressos em uma terapia verbal, assim expressando sentimentos e atitudes até então desconhecidos. A arteterapia é benéfica para pessoas de qualquer idade, sendo utilizada tanto para o autoconhecimento e autoexpressão, como também nos casos de sofrimento psíquico.

A arteterapia resgata o potencial criativo do homem, procurando a psique saudável e estimulando a autonomia e transformação interna para reestruturação do ser. A busca da terapia da arte é uma maneira simples e criativa para resolução de conflitos internos, é a possibilidade de catarse emocional de forma direta e não intencional.

VOCÊ SABE O QUE FAZ UM ARTETERAPEUTA?

O profissional que aplica as técnicas da arteterapia é chamado de arteterapeuta e suas atribuições estão relacionadas às práticas artísticas em praticamente todas as suas manifestações relacionadas aos processos terapêuticos. O arteterapeuta costuma usar elementos da

música, da pintura, do desenho e de outras expressões artísticas para catalisar sentimentos, procurando dar ao indivíduo totais condições para que consiga extravasar tudo que o impede de desenvolver melhor o autoconhecimento e ter mais saúde e qualidade de vida.

Atualmente, é comum ver um arteterapeuta atuando em tratamentos direcionados a pessoas de todas as idades, com resultados muito satisfatórios, o que torna a terapia complementar cada vez mais apreciada e recomendada para tratamentos psicológicos. Não é incomum que uma pessoa consiga se expressar melhor por meio de elementos da música, da escrita, da pintura, do desenho e da dança, e por esse motivo, a arteterapia está cada vez mais sendo empregada.

Portanto, um arteterapeuta é o profissional que emprega a arte para ajudar a desenvolver o autoconhecimento e em tratamentos terapêuticos de ordem psicológica, realizando atendimentos individuais e em grupos. Este profissional tem uma demanda de conhecimentos nas áreas da arte, da terapêutica e da arteterapia propriamente dita. Osório (VALLADARES, 2003) salienta que a arteterapia é uma prática terapêutica que trabalha com a interseção de várias áreas, como educação, saúde e ciência, o que exige do profissional uma formação que envolva estes saberes.

O arteterapeuta pode pautar a prática a partir de diferentes abordagens teóricas, advindas especialmente da área da psicologia (psicanálise, psicologia analítica, gestalt-terapia, dentre outras), ocasionando, assim, diferentes formas de trabalhar os conceitos da arteterapia.

No caso da prática arteterapêutica pautada na psicologia analítica, na qual referencio o meu trabalho, tenho presente que a arte tem finalidade criativa, que a energia psíquica consegue transformar-se em imagens e, por meio dos símbolos, colocar seus conteúdos mais internos e profundos. Nesta abordagem, também é importante dar atenção aos sonhos, por trazerem para o consciente o conteúdo inconsciente e que muitas vezes não vem à tona de outra forma, buscando-se, assim, a sua significação.

REFERÊNCIAS

- BROWN, D. **Arte Terapia**: fundamentos. São Paulo: Vitória Régia, 2000.
- FISCHER, E. **A necessidade da arte**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- PHILIPPINI, A. **Cartografias da coragem**: Rotas em Arteterapia. Rio de Janeiro: Pomar, 2000.
- ROHDE, Bárbara Gehrke. **O que é arteterapia de abordagem junguiana?** Porto Alegre, 2016.
- VALLADARES, Ana Cláudia Afonso. Arteterapia com crianças hospitalizadas. **Revista Eletrônica de Enfermagem**: UFG/Faculdade de Enfermagem, Goiás, v. 06, n. 03, p. 410-411, 2004. Disponível em <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/827/960>. Acesso em: 30 jul. 2020.



MARGARETE ALESSANDRINI

✉ margaartes55@gmail.com

Assistente Social aposentada da SMS da PMPA. Mestre em Serviço Social pela UFRJ com experiência na área da educação, assistência social, saúde e recursos humanos. Professora e supervisora acadêmica do curso de Serviço Social durante a trajetória profissional. Arteterapeuta em formação na Psiquê – Clínica Terapêutica, tendo realizado estágio com grupos e atendimento individual na área da saúde.

Novo Marco Legal para o saneamento

Por Adinaldo Soares de Fraga

A aprovação do Projeto de Lei nº 4.162/2019 que estabelece novo marco legal para o saneamento básico, pelo Senado Federal e sancionado pelo presidente da República em 15 de julho deste ano, não tem apoio unânime e divide opiniões.

Segundo o censo de ano de 2018, IBGE, 35,7% da população brasileira não tem acesso aos serviços de saneamento básico, cerca de 75 milhões de pessoas, sendo este o argumento utilizado como justificativa para mudança na legislação na busca de universalização. Na região Norte, a proporção chama mais atenção: oito de cada dez domicílios não dispõem de esgoto sanitário (dados de 2018). Esta mudança visa atender à antiga reivindicação das empresas privadas que, ao invés de favorecer a ampliação dos serviços de água e coleta de esgotos, na realidade estão de olho nos recursos hídricos para privatização, deixando a universalização fora de perspectiva. É sob esta desconfiança que as entidades representativas das empresas estaduais, municipais assim como o Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas) e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), entre outras, pretendiam que as propostas do novo marco do saneamento fosse amplamente discutida com todas as entidades representativas do setor. Diante disso, estudam acionar a Justiça, pois entendem que a proposta tira aquilo que é mais sagrado: “o direito do município de decidir sobre o destino do saneamento em seu território”, preservando o direito constitucional. A justificativa dadas por muitos deputados de que a iniciativa privada fará todos os investimentos necessário sem que o estado participe com recursos e serão mais eficientes, se contrapõem com os fatos acontecidos em outros países. Cerca de 1.600 municípios de 58 países, segundo o Instituto Transnacional da Holanda, tiveram de reestatizar o fornecimento da água porque as empresas não atenderam os objetivos propostos, pelas seguintes razões.

- O lucro estava acima dos interesses da comunidade;
- Não cumpriram com os contratos firmados;
- Não cumpriram com as metas de investimento proposto, principalmente com as áreas periféricas e carentes;
- Aumento abusivo de tarifas.

O estudo detalha experiências de diversas cidades que fizeram a privatização e voltaram atrás. Entre essas podemos citar: Atlanta, Berlim, Paris, Budapest, Buenos Aires, La Paz.



Ilustrativa/FreePik

Infelizmente estamos indo no caminho contrário às experiências vivenciadas por essas cidades. Se a privatização é a garantia de maiores investimentos e serviços qualificados, como justifica-se que Manaus, onde a prestação de serviços de saneamento é realizada por empresa privada a mais de 20 anos, está entre as cidades com os piores indicadores de saneamento no país? Isso vale para o estado do Tocantins.

Antes do novo marco legal não havia impeditivo das empresas privadas participarem do saneamento no país, tanto que muitas empresas já operam no setor, individualmente ou por meio de parcerias público privadas (PPPs). Com a nova legislação que obriga aos municípios licitarem a concessão, somente os grandes municípios serão atrativos para a iniciativa privada, por economia de escala (construções verticalizadas), ficando os pequenos municípios e as periferias que na sua maioria são deficitários, por isso menos atraentes financeiramente, para as empresas públicas operarem.

Lamentavelmente, quem pagará essa conta seremos nós, contribuintes e cidadãos, pois as tarifas serão oneradas em no mínimo 40%, devido aos tributos (PIS, Cofins etc.), visto que muitas empresas públicas são isentas e as empresas privadas não possuem o benefício. Esperamos que a justiça faça a sua parte, ou seja, corrigir esta afronta ao direito constitucional de todos.



ADINALDO SOARES DE FRAGA

✉ adinaldofraga@gmail.com

Eng. Civil Aposentado DMAE.

REFERÊNCIA

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.162/2019**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B7F2156732FB6C1E-B5758BF6BF35ECF1.proposicoesWebExterno1?codteor=1787462&file-name=PL+4162/2019. Acesso em: 30 jul. 2020.

IBGE: 35,7% dos brasileiros vive sem esgoto, mas 79,9% já têm acesso à internet. **Portal Saneamento Básico**: [s.l.], 07/11/2019. Disponível em: <https://www.saneamentobasico.com.br/ibge-brasileiros-vive-esgoto/>. Acesso em: 02 set. 2020.

Covid-19 *versus* Novo Marco Regulatório do Saneamento *versus* a Regularização Fundiária

Por Elisa Chaves

Covid-19 é uma pandemia mundial, causada pelo novo coronavírus, que começou na China, nos idos de março de 2020, e se alastrou por vários países do mundo. A pandemia trouxe como consequência a mudança de hábitos, a necessidade do isolamento social e fechamento de atividades. Trouxe solidariedade. Para se protegerem da doença, os órgãos de saúde solicitaram o uso de máscaras, lavar as mãos com frequência e usar álcool gel para desinfetar as mãos. Muitas vidas foram e estão sendo perdidas. Mas, aqui queremos destacar a necessidade do aumento das condições de higiene, do lavar as mãos, quando muitas casas não têm água tratada e, pior ainda, a condição da destinação dos efluentes. O novo Marco Regulatório do Saneamento tem a ambição de resolver esta questão.

O novo Marco Regulatório do Saneamento visa à universalização do saneamento. Não abordaremos aqui a questão da privatização ou não dos serviços, e sim da sua questão técnica. Inicialmente, os órgãos de saneamento ambiental incorporavam todas as áreas. Com a evolução do conhecimento, houve ramificações, o que levou à criação de órgãos específicos: tratamento de água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes, resíduos sólidos e aterros sanitários, drenagem das águas pluviais. O Novo Marco Regulatório do Saneamento visa reunificar esses usos, uma vez que os recursos hídricos são os mesmos para os diferentes usos e não são inesgotáveis. Também as áreas se tornaram bastante especializadas, o que levou à criação de cursos específicos na área. O Novo Marco Regulatório do Saneamento, na Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, traz forte enfoque à população de baixa renda e à universalização do saneamento em prazos ambiciosos. Me preocupa, porém, como se dará esta universalização sem que haja a devida regularização fundiária e a proteção de mananciais.

A população de baixa renda que ocupa as áreas formais (loteamentos, reassentamentos, vilas urbanizadas, condomínios etc.) já obteve suas necessidades quanto ao saneamento atendidas. A população que ainda não foi atendida é porque ocupou áreas irregulares ou impróprias para habitação. O que se busca quando se trabalha em uma área dessas é torná-las salubres, quer seja pelo reassentamento ou regularização fundiária. Quando ocorre o reassentamento, a população é removida para outra área e, quando ocorre a regularização fundiária, observam-se todos os aspectos: urbanização, abertura e pavimentação de ruas, redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação de efluentes, rede de energia elétrica e iluminação pública e redes de drenagem pluvial, além das condições de habitabilidade das moradias. Observa-se se há partes adequadas para a regularização fundiária e as populações em áreas inadequadas devem ser reassentadas em outras áreas. É preciso olhar como um todo a área e sua vocação.

Áreas de proteção de mananciais e margens de rios devem ser protegidas, bem como áreas de encostas de morros são inadequadas devido ao risco de haver deslizamentos, portanto, não devem ser ocupadas. Áreas de faixas de proteção de redes de água, esgoto e transmissão de energia elétrica, dentre outros, também são exemplos. Nessas áreas inadequadas, não se deve incentivar a ocupação. Por isso, vejo com preocupação o incentivo à universalização do saneamento sem que seja observada a adequação ou inadequação da área. Não basta levar água e esgoto, é necessário olhar as condições de moradia e segurança da área, sob pena de se incentivar a ocupação de áreas inadequadas. Por outro lado, destaco com veemência a necessidade de maior destinação de recursos para o atendimento dessas populações de baixa renda.

O Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) da Prefeitura de Porto Alegre (PMPA) trabalha há mais de 55 anos com regularização de vilas. Já regularizou várias e há outras tantas a regularizar. Com o passar do tempo, surgem outras vilas e outras tantas mais. É um trabalho árduo, que tem como principal objetivo atender a população de baixa renda. É uma corrida contra o tempo, pois as vilas mudam suas características e seus status muito rapidamente. Deve-se, ainda, destacar que essas ocupações são feitas pelas populações que vivem à margem da lei, sem acesso às habitações regulares, que são muito caras para esse segmento, e, também, por causa da cultura do “jeitinho brasileiro”. Outro ponto polêmico é que é considerada de baixa renda a família que ganha até três salários mínimos, e o Novo Marco do Saneamento tem forte enfoque na população de baixa renda.

Este enfoque se evidencia no reconhecimento da necessidade de atendimento das populações de baixa renda quanto à falta de saneamento básico e à precariedade das habitações, que foram escancarados pelo evento da Covid-19 – quando era necessário o isolamento social, isto se fez impossível. Reconhecendo que os rios estão poluídos e que é preciso reverter esta situação, o Novo Marco Legal do Saneamento vem suprir esta falta. Espera-se, também, uma maior destinação de recursos financeiros para a faixa da população de baixa renda, no sentido do atendimento de todas as necessidades decorrentes da condição de vulnerabilidade e insalubridade a que estão expostas. Destaca-se aqui, ainda, a importância do trabalho que o DEM HAB/PMPA vem desenvolvendo ao longo destes 55 anos no atendimento dessa população e a necessidade de sua continuidade.



ELISA M. B. CHAVES

✉ elisa.chaves@demhab.prefpoa.com.br
ou embchaves@ig.com.br

Engenheira do Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) CREA-MG 54.599/D. Doutora em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas IPH da UFRGS.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4162, de 2019.** Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/matéria/140534>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Bibliotecas no isolamento

Como funcionaram as bibliotecas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) no período de isolamento social? Em entrevista à *Revista da Astec*, as bibliotecárias da SMAMS, Júlia Agustoni Silva e Elisabete Lorensi Ferreira falam sobre os impactos da pandemia no serviço prestado.

Como o isolamento social impactou no ambiente das bibliotecas? Como era e como ficou?

JÚLIA – O atendimento presencial, obviamente, teve que ser suspenso. Primeiro, por conta do risco de contágio aos usuários e equipe e, em segundo lugar, pelo contágio do acervo. Procuramos minimizar o contato com nosso acervo para evitar mais um foco de contágio. Nosso atendimento ficou limitado a e-mail e telefone e os materiais emprestados e com devolução prevista para março deste ano, início da pandemia, estão sendo renovados automaticamente, de acordo com os decretos municipais. Houve um pequeno período em que trabalhamos presencialmente, mas, mesmo assim, a biblioteca estava com acesso restrito, apenas recebendo devolução de materiais. Na devolução, adotamos os protocolos de segurança estabelecidos pelos órgãos de saúde competentes e isolamos o material devolvido pelo período de 15 dias, a fim de evitar contágio ao restante do acervo.

ELISABETE – O atendimento físico foi suspenso, e, portanto, houve a necessidade de adequação para atendimento remoto; deste modo, a procura por materiais em formato digital aumentou. Com isso, priorizou-se a busca por materiais que pudessem ser acessados de forma virtual.

Vai longe o tempo em que o movimento do acervo das bibliotecas era controlado por meio de fichas de papel. O uso da tecnologia para essa finalidade tornou-se ainda mais importante com a pandemia?

JÚLIA – Vai longe mesmo! Sou bibliotecária há 15 anos e nunca trabalhei com fichas de papel. Desde 2013, ano em que iniciei na Smams, trabalho com sistema automatizado na Biblioteca. Todo nosso acervo já estava inserido no catálogo on-line antes da pandemia, bem como toda a legislação. Como trata-se de um sistema on-line, podemos fazer alterações e inserir novos materiais mesmo trabalhando de forma remota. **Para o acervo bibliográfico, utilizamos o sistema Pergamum, onde está contido todo o acervo da Rede de Bibliotecas da PMPA (incluindo algumas publicações que podem ser acessadas remotamente)** e, também, acervo museológico das pinacotecas municipais e Museu de Porto Alegre **(para conferir o catálogo, acesse <http://pergamum.procempa.com.br/biblioteca>). Para os atos legais, utilizamos o SAPL - Sistema de Apoio ao Processo Legislativo e às Leis Municipais (<https://leismunicipais.com.br>). Para as normas técnicas, também temos acesso on-line através de assinatura.** Sendo assim, pouco mudou com relação ao uso de tecnologia, visto que já era nosso padrão.

ELISABETE – A Rede de Bibliotecas da Prefeitura de Porto Alegre faz uso de ferramentas de gestão da informação, como o Pergamum, há mais de dez anos. Esse recurso possibilita ao usuário a busca e recuperação de materiais disponíveis em todas as bibliotecas da rede, sejam eles em formato físico ou digital. Evidentemente que, com a impossibilidade de acesso aos materiais físicos, os materiais digitais são mais solicitados pelo público.



JÚLIA AGUSTONI SILVA

Bibliotecária, CRB 10/1788; Equipe de Bibliotecas, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS).

Quais os reflexos no trabalho dos bibliotecários da PMPA?

JÚLIA – Na SMAMS, o que mudou foi a falta de contato com o usuário. As demandas passaram a ser muito mais pontuais e diretas, sem a tradicional “entrevista” no balcão de referência. Antes os usuários solicitavam materiais sobre determinado assunto e, hoje, têm apontado um material específico.

As preferências de leitura/consultas mudaram?

JÚLIA – Mudaram. Antes os usuários retiravam livros para lazer, como literatura e revistas de arquitetura e decoração ou jardinagem. Atualmente o foco tem sido em legislação, normas técnicas e documentos pontuais para fins de trabalho.

ELISABETE – Os bibliotecários procuraram adaptar o modo de trabalho, a fim de continuar atendendo às necessidades informacionais do público, a despeito das limitações orçamentárias e de estrutura de trabalho, própria do momento delicado que estamos vivendo. Como exemplos de ações realizadas durante este período de pandemia, podemos citar o tutorial para utilização do sistema Pergamum, focado na busca de materiais nas bibliotecas da Smams, a iniciativa de criar um canal no YouTube, denominado “Bibliotecários contam histórias”, que contempla diferentes Secretarias da Prefeitura de Porto Alegre. Além disso, para seu público interno, a biblioteca continua divulgando os atos legais, e o boletim infantojuvenil passou a conter informações de livros em formato digital, disponibilizados por diferentes editoras durante o período da quarentena.

Houve uma preocupação em implementar o sistema Pergamum com publicações para download e, é claro, seguindo direitos autorais. Quais critérios?

JÚLIA – Logo que iniciou a pandemia, os bibliotecários da Rede de Bibliotecas da PMPA levantaram a questão de desenvolver uma política para catalogação de materiais em meio eletrônico. Já inserimos materiais desse tipo em nosso catálogo, mas nunca houve uma política que estabelecesse normas para tal. Como na Rede temos bibliotecas escolares, públicas, especializadas, pinacotecas, museus, divididos em diversas secretarias e departamentos, as demandas de trabalho neste período, para cada uma das bibliotecas, têm sido bastante particulares. As prioridades não coincidem e, portanto, ainda não conseguimos desenvolver algo para todas as bibliotecas.

ELISABETE – O processo de inserção de materiais em formato digital já era realizado anteriormente, com o cuidado de acrescentar materiais liberados para download pelas respectivas instituições que os publicaram. Além disso, muitas publicações, como periódicos, estão em processo de migração do meio físico para o digital já há algum tempo; esses materiais estão sendo cadastrados no sistema Pergamum já em formato digital.

A Comissão de Bibliotecários da Prefeitura está discutindo a elaboração de um manual para publicações eletrônicas a ser implementado pelas bibliotecas da Rede.



ELISABETE LORENSI FERREIRA

Bibliotecária, CRB 10/2066; Equipe de Bibliotecas, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS).

A Paineira da minha vida

Por Flávio Barcelos Oliveira

Ao chegar cedo no serviço, uma surpresa: meu chefe, eng. Agr. Arno Bento de Oliveira, me aguardava. “Suspenda todos os serviços programados para hoje. Quero todas as turmas nas avenidas Osvaldo Aranha e João Pessoa”, concluiu o diretor. Explicou que seriam implantados dois corredores de ônibus nessas avenidas, daí a necessidade de poda de levantamento de copa nas árvores. E mais, orientou-me para suprimir árvores inclinadas, ‘avariadas’ ou secas, substituindo-as por jacarandás.

Convenci o ‘Dr. Arno’ de que com apenas duas turmas resolveria a situação. Assim, mantive as programações para as demais turmas de arborização. “Está bem, mas quero que acompanhe tudo, do princípio ao fim, pois tem que ser concluído hoje”, reafirmou. “Claro, sem dúvidas!”, respondi.

E assim foi: pela manhã, a Osvaldo Aranha, concluída.

A tarde foi uma barbada: a João Pessoa representava quase a metade do trecho da manhã. Porém, cumpriu-se uma sina: ‘Se alguma coisa tiver que dar errado, será ao final dos serviços’. E deu!

Concluída a última poda, ‘seu Eurides’, o chefe de turma, apontou para a calçada e disse: “Seu Flávio, olhe, uma ‘mudinha’ de paineira. Se crescer aí, vai dar problemas!”

Vi, concordei e decidi: “baixa uma muda de jacarandá! Vamos substituir a paineira.”

Na retirada da muda, alguém gritou da janela de um apartamento: “parem, seus ladrões de árvores! Não roubem, é minha! Comprei! Seus ladrões!” E ainda proferiu uma série de impropérios. Detalhe, começou a desferir as ofensas e agressões verbais pela janela e assim seguiu, sem parar, descendo as escadarias e continuou até ali, no passeio. Estava furioso, inconformado. E, óbvio, ofensas dirigidas ao técnico que orientava os trabalhos.

Com muita paciência, tentei acalmá-lo. Expliquei que aquela muda de paineira iria se desenvolver e causar danos ao calçamento e às redes aéreas. Poderíamos replantá-la numa praça ou parque. Por fim, ressaltai que o jacarandá era a espécie mais apropriada para aquele local. Não teve jeito. O homem estava inflexível e ainda queria briga.

Então, recomendei à turma para recolher o jacarandá e replantar a paineira no passeio. Antes de sair, orientei o morador, agora mais conformado, para providenciar na implantação de um canteiro gramado, junto à base do tronco e sistema de raízes do vegetal. E disse: “Hoje ela é apenas uma muda de paineira; amanhã, será uma árvore. E uma coisa é remover uma muda de árvore, outra coisa é remover uma árvore. É diferente!”

Fomos embora. Serviços concluídos. Dr. Arno satisfeito.

Passados seis anos, o cidadão entra na sala do Setor de Arborização e começa a explicar os problemas de uma ‘enorme’ árvore na sua calçada. Olhei firme para ele e perguntei: “Mas o senhor não está me reconhecendo? Pois eu sou o ‘filho-da-puta’, ‘cafajeste’, ‘ladrão de árvore’, lá da Av. João Pessoa.” E concluí: “Vou providenciar nas podas dos ramos conflitantes com as redes aéreas. A árvore será preservada.” Completei: “Providencie na ampliação do canteiro gramado para melhor acomodação das raízes.”

Dois anos depois ele recorreu, dessa vez, ao diretor da SMAM. Era eu. Indeferi.

Inconformado, quase dois anos após, apelou à instância superior, ao supervisor da SMAM. Era eu. Neguei, mais uma vez.

Por fim, trinta dias depois, recorreu ao secretário da SMAM. Coincidentemente, na semana em que o secretário titular, Giovani Gregol, viajou à Vitória (ES), para ser empossado na presidência da recém-criada Associação Nacional dos Municípios de Meio Ambiente (Anama). Pois, a audiência deu-se com o secretário-substituto da SMAM. Era eu.

A paineira foi preservada, está lá até hoje. E, como dizem meus colegas, representa a marca registrada da ascensão funcional de um técnico dedicado à arborização urbana da nossa cidade.

Pessoalmente, considero-a “a paineira da minha vida”. Me apaixonei por ela!



FLÁVIO BARCELOS OLIVEIRA

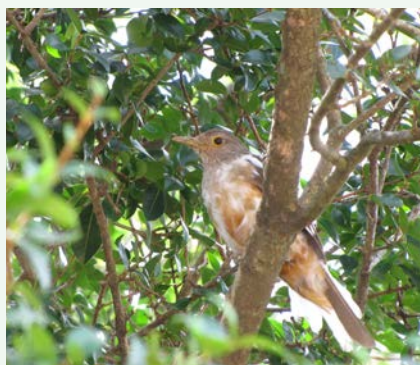
✉ flavio@arboriza.com.br

Biólogo aposentado da SMAMS.
CRBio 03:8398.

Coloração anômala em espécies silvestres em Porto Alegre

Por Soraya Ribeiro, Jamila Carvalho Pereira, Geane Peres de Azambuja, Camila Galvão, Gleide Marsicano e Caio Hannecker

Figura 1 – Sabiá laranjeira, *Turdus rufiventris*



Fonte: das autoras

Figura 2 – Gambá, *Didelphis albiventris*, filhote recém resgatado



Fonte: das autoras

Figura 3 – Outro gambá, *Didelphis albiventris*, 20 dias após o resgate



Fonte: das autoras

As cores dos animais possuem muitas funções. Destas, destacamos três funções adaptativas mais importantes da pelagem como a ocultação (camuflagem), comunicação (na qual os padrões de cores devem ser o mais notáveis possível) e regulação dos processos fisiológicos como troca de temperatura (CARO, 2005).

Cores anômalas aos padrões naturais ou selvagens podem ocorrer quando há quantidades excessivas de pigmento (hiperpigmentação) ocorre o melanismo, bastante documentado para os felinos (ROBINSON, 1970); (EIZIRIK et al., 2003); (SILVA et al., 2016).

As deficiências de pigmentação levam à formação de manchas brancas no corpo, conhecida como piebaldismo, como o leucismo, quando o animal apresenta pelagem branca, mas a coloração dos olhos normais (LUCATI E LÓPEZ -BAUCELLS, 2016). Além disso, há o albinismo verdadeiro (hipopigmentação), originado pela total ausência dos pigmentos de melanina (ANCILOTTI E MORI, 2016). Essa característica ocorre quando não há deposição de melanina nas células da pele ou folículos pilosos, causada por uma herança hereditária recessiva durante o processo de transferência de pigmento (OLIVEIRA; VARJÃO; PEREIRA, L.; PEREIRA, P., 2019).

A ocorrência de coloração anômala (albinismo, leucismo e melanismo) em mamíferos é um fenômeno raro na natureza, mas ela tem sido relatada para diversas espécies (LUCATI E LÓPEZ -BAUCELLS, 2016). A melanina é um tipo de proteína produzido nos melanócitos, a partir de um aminoácido essencial chamado tirosina. É essa proteína a principal responsável por colorir a pele e pelos dos seres humanos, além de proteger o DNA das células contra a radiação ultravioleta emitida pelo sol. Existem dois tipos principais de melanina: a eumelanina e feomelanina. A primeira apresenta uma coloração que varia do negro ao marrom, além de possuir um alto peso molecular e capacidade de dispersar a luz ultravioleta. Já a feomelanina apresenta coloração que varia do vermelho ao amarelo, o animal apresenta coloração amarelada geralmente nos membros e algumas partes do corpo (Gálvan et al, 2018). Existem

situações em que alterações bioquímicas fazem com que ao invés de produzir melanina é produzida a feomelanina, deixando partes do animal com coloração amarelada.

O gambá *Didelphis albiventris* ocorre do nordeste ao sul do Brasil, habita área de florestas, formações arbustivas, campestres, zona rural e zona urbana. São animais muito adaptados às formações urbanas podem utilizar os forros das residências como tocas. A coloração no dorso é grisalha possui pelos negros misturados aos brancos. Alimenta-se de invertebrados, pequenos vertebrados e frutas. Ao alimentar-se de frutas contribui para regeneração das florestas por meio da dispersão de sementes. Possui cauda longa e preênsil, o que permite que o animal transite por árvores. Prole fica no marsúpio até quatro meses. Após esse período, os filhotes se agarram ao dorso da mãe até ficarem independentes. Pesam de 500 g à 2,8 kg. Reproduzem-se com mais intensidade nos períodos quentes, chegando a ter três ninhadas por estação (WEBER, ROMAM, CÁCERES, 2013).

No município de Porto Alegre ele pode ocorrer em toda a cidade, zona urbanizada e zona rural. Muitas pessoas ainda se surpreendem ao encontrar este animal em sua residência.

O sabiá Laranjeira *Turdus rufiventris*, é uma ave abundante da cidade de Porto Alegre, mede 20-25 cm de comprimento, pesando em média de 68-80 g. Tem plumagem parda, com exceção da região do ventre, destacada pela cor vermelho-ferrugem, levemente alaranjada, e bico amarelo-escuro. Canta principalmente ao alvorecer e à tarde. O canto serve para demarcar território e, no caso dos machos, para atrair a fêmea. A fêmea também canta, mas numa frequência bem menor que o macho. Sua nutrição se compõe basicamente de insetos, larvas, minhocas e frutas maduras, incluindo frutas cultivadas como o mamão, a laranja e o abacate. Ração de cachorro também atrai esta espécie, podendo servir de alimento em cidades grandes com menor disponibilidade de alimentos naturais.

O ninho é feito entre setembro e janeiro, geralmente em arbustos, árvores de folhagem densa ou bananeiras, empregando fibras e gravetos ligados por um pouco de lama, num formato de tigela funda. A fêmea choca até três vezes por ano, e em cada postura coloca de três a quatro ovos, de coloração verde-azulada com pintas (ou manchas) cor de ferrugem (sépia). O período de incubação dura em torno de 13 dias. Macho e fêmea se revezam na construção do ninho e na alimentação dos filhotes (WIKIAVES, 2020).

No decorrer do trabalho do Setor de Fauna da SMAMS em parceria com a clínica Toca dos Bichos foi possível observar dois casos interessantes envolvendo coloração anômala. Um exemplar filhote de gambá que apresentava coloração amarelada nas patas, face, cauda e posterior do dorso. Como o padrão era amarelo, o animal foi caracterizado como um indivíduo com coloração anômala produzida pela feomelanina, pigmento que substitui a melanina em algumas partes do corpo promovendo esta coloração. Em estudos realizados na Costa Rica, este padrão foi encontrado em primatas da espécie *Alouatta palliata*. Os pesquisadores estudam uma possível relação da anomalia à presença de agroquímicos usados nas lavouras da região (GÁLVAN; JORGE; MURILLO; ESPELETA, 2018).

No ano de 2010 a equipe de fauna da SMAMS encontrou um exemplar da espécie *Turdus rufiventris* no Parque Moinhos de Vento, o animal apresentava manchas brancas pelo corpo. Este tipo de coloração e padrão de distribuição pode ser caracterizado como Leucismo, este é uma particularidade genética devida a um gene recessivo, que confere a cor branca a animais geralmente escuros.

As colorações anômalas nos animais é uma característica que deixa os mesmos em desvantagem, pois os animais possuem sua coloração adaptada ao ambiente em que vivem e com objetivo de mantê-los protegidos de predadores sendo importante no processo reprodutivo. A coloração anômala faz com que esses animais fiquem mais suscetíveis à predação, defesa contra raios UVA e UVB e possam ter mais dificuldade na hora do acasalamento.



SORAYA RIBEIRO

✉ ribeiro@portoalegre.rs.gov.br

Bióloga. CRBio 17508-03.

JAMILA CARVALHO PEREIRA

Médica Veterinária.

GEANE PERES DE AZAMBUJA

Acadêmica de Biologia Unisinos.

CAMILA GALVÃO

Acadêmica de Biologia UFRGS.

GLEIDE MARSICANO

Médica Veterinária.

CAIO HANNECKER

Acadêmico de Veterinária UFRGS.

REFERÊNCIAS

ANCILLOTTO, L.; MORI, E. Adaptive significance of coat colouration and patterns of animals apresentam coloração mais escura nas florestas úmidas dos trópicos (GLOGER, 1933), 2016.

CARO, T., The adaptive significance of coloration in mammals. **Bioscience**, v. 55, n. 2, p. 125-136, 205. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1641/0006-3568\(2005\)055\[0125:TASOCI\]2.0.CO;2](http://dx.doi.org/10.1641/0006-3568(2005)055[0125:TASOCI]2.0.CO;2). Acesso em: 30 jul. 2020.

CARO, T. Contrasting coloration in terrestrial mammals. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences*, v. 364, n. 1516, p. 537-548, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1098/rstb.2008.0221>. PMID:18990666. Acesso em: 30 jul. 2020.

CARO, T., The adaptive significance of coloration in mammals. **Bioscience**, v. 55, n. 2, p. 125-136., 2005. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1641/0006-3568\(2005\)055\[0125:TASOCI\]2.0.CO;2](http://dx.doi.org/10.1641/0006-3568(2005)055[0125:TASOCI]2.0.CO;2). Acesso em: 30 jul. 2020.

EIZIRIK, E. et al.; Molecular genetics and evolution of melanism in the cat family. **Current Biology**, London, v. 13, n. 5, p. 448-453, 2003.

GÁLVAN, I.; JORGE, A., MURILLO, F. S.; ESPELETA, G. G. A recente shift in pigmentation phenotype of a wild Neotropical primate. *Mammalian Biology*, 2018.

LUCATI, F.; LÓPEZ-BAUCELLS, A. Chromatic disorders in bats: a review of pigmentation anomalies and the misuse of terms to describe them. **Mammal Review**, Oxford, v. 47, n. 2, p. 112-123, 2016.

OLIVEIRA, Leandro da Silva, VARJÃO, Iardley Cícero Gomes, PEREIRA, Luiz Cezar Machado, PEREIRA, Patrícia Avello Nicola. Primeiro registro de leucismo no cachorro-do-mato, *Cerdocyon thous* (Linnaeus, 1766) (Carnivora: canidae) no Brasil. **Biotemas**, Florianópolis, mar. de 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/2175-7925.2019v32n1p93>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ROBINSON, R. Inheritance of the black form of the leopard *Panthera pardus*. **Genetica**: Dordrecht, v. 41, p. 190-197, 1970.

SILVA, L. G. et al.-Biogeography of polymorphic phenotypes: Mapping and ecological modelling of coat colour variants in an elusive Neotropical cat, the jaguarundi (*Puma yagouaroundi*). **Journal of Zoology**, London, v. 299, n. 4, p. 295-303, 2016.

TALAMONI, S., VIANA, P. I. M., COSTA, C. G., PALÚ, L., OLIVEIRA, R. B., PESSÔA, L. M. Occurrence of leucism in *Eira barbara* (Carnivora, Mustelidae) in Brazil. **Biota Neotropica**, v. 17, n. 3, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1676-0611-BN-2017-0328>. Acesso em: 30 jul. 2020.

WEBER, M. M.; ROMAM, C.; CÁCERES, N. C. Mamíferos do Rio Grande do Sul. Santa Maria: Ed.UFSM. Santa Maria, 2013. 552p.

SABIÁ-LARANJEIRA. In: WIKIAVES. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/wiki/sabia-laranjeira>. Acesso em: 30 jul. 2020.

As cidades falam. E os gestores, sabem conversar com ela?

Por Fernando Biffignandi



As cidades falam. E os gestores, sabem conversar com ela?

Este artigo convida a uma reflexão sobre a importância dos processos de comunicação produzidos pelas administrações públicas brasileiras e o papel dos servidores em sua relação direta com o cidadão, visando contribuir com o debate sobre a gestão de sua qualidade e eficiência. Cabe esclarecer que a comunicação de caráter público, aqui enfocada, não está voltada ao campo institucional, produzida pelas secretarias e seus departamentos oficiais, mas aquela presente nas ações diretas com o cidadão em seu cotidiano. Uma relação mais próxima e direta entre o cidadão e o ente público, por meio de seus canais de atendimento – que muitas vezes apresenta uma realidade diferente das belas imagens veiculadas na mídia, pagas com verbas publicitárias vultosas.

Partindo-se da premissa de que os administradores públicos são representantes eleitos pela população – logo desde a escolha de gestores, passando-se pelas políticas implementadas, até o processo de qualificação do corpo funcional – todo o processo tem a marca indelével de sua responsabilidade. Um compromisso com o interesse público, como bem define Duarte (2011), ao classificar o papel dos governantes como os principais indutores da comuni-

cação pública e o seu dever constitucional de qualificar canais, através de meios e recursos que permitam o envolvimento de todos os cidadãos.

No Brasil, a obrigatoriedade da qualidade no repasse da informação pública, um patrimônio conquistado pela população, vem consagrado no Artigo V da Constituição Federal. Mais recentemente, a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, regulamentou e normatizou a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços prestados direta ou indiretamente pela administração pública, instituindo as ouvidorias e ampliando a participação da sociedade no processo. Em Porto Alegre, o cidadão passou a contar com a Ouvidoria-Geral (Decreto nº 19.849 de 5 de outubro de 2017), vinculada à Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTC), com o objetivo de responder pelos serviços públicos prestados à população, suas reclamações, denúncias, sugestões e elogios.

Muitos esquecem ou desconhecem que, quando uma administração pública se dirige à sua cidade, ela responde! Basta saber ouvi-la, enxergar o seu retorno por meio dos indicadores e do gerenciamento, referendado pelo conceito da qualidade total no setor público. Tomando como recorte

de análise os altos índices de reclamações (56,21%) publicados pela Ouvidoria-Geral de Porto Alegre é correto considerar-se que uma boa parte da reprovação da população quanto ao atendimento prestado pela administração pública está diluído entre os serviços oferecidos pelas diversas secretarias. Porém, é igualmente importante compreender as razões pelas quais o grau de excelência esteja distante de ser atingido. A transparência nas informações serve exatamente para este fim e os resultados das pesquisas de satisfação reforçam a necessidade de examinar a questão sob o viés científico, tendo como base os referenciais teóricos, mas também pelo viés prático, percorrendo o cotidiano das cidades e (re)conhecendo a realidade de seus habitantes. Os dados expressos revelam apenas a ponta de um iceberg. Seguramente, dentre os percentuais informados estão reclamações quanto a trabalhos não executados (ou mal executados), descumprimento nos horários do transporte coletivo, problemas com a iluminação pública, falha no recolhimento do lixo ou outras demandas municipais que apresentaram deficiências ou imprecisões.

Mas, quantas dessas podem ter sido originadas pela ausência de uma comunicação correta, confusa, equivocada ou inexistente por parte do poder público? Quantos já não encaminharam sua solicitação em um determinado canal de informações, presencial ou eletrônico, no qual um simples esclarecimento poderia ter poupado tempo, antecipando etapas para a sua resolução? Este é o exemplo mais claro de que a cidade, representada por seus cidadãos, fala. Por vezes, ela não é compreendida ou não compreende os seus direitos e deveres, definidos pelas normas e legislações e, portanto, reclama.

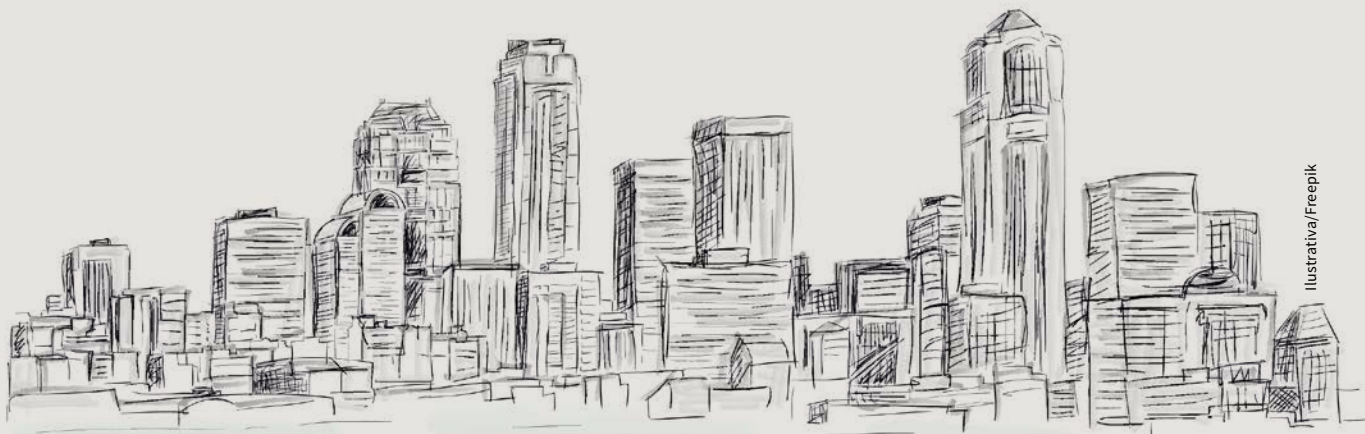
A boa comunicação ainda é o melhor instrumento, capaz de aproximar a gestão administrativa e governamental da população, informando de maneira clara e transparente sobre os serviços prestados. Um dos preceitos basilares da comunicação reside nas duas vias da informação, seja pelo transmissor ou receptor. A ação dialógica da troca fortalece e realimenta o processo, como na recursividade do pensamento complexo evidenciada por Morin (2011), onde os produtos e os efeitos são reflexos do processo de forma concomitante, ou seja, quanto melhor o governante informar as suas ações aos indivíduos, mais fácil será a sua

compreensão. Por conseguinte, o retorno positivo por parte daquele indivíduo será o elemento-chave que irá realimentar o processo da confiança nas ações do próprio governo para que o ciclo virtuoso se prolongue. Parece uma equação simples, afinal a informação é um instrumento benéfico, sobretudo, quando realizada com a transparência necessária, agregando um valor significativo à relação. A construção do conhecimento cresce nessa dinâmica onde os saberes técnicos e comuns se fundem em benefício da cidadania.

A eficácia do processo está em ouvir “as vozes da cidade” e buscar a aproximação com a sociedade, por meio da valorização e do reconhecimento do saber comum, no desenvolvimento de ações públicas e na aplicação de seus instrumentos legais. Que sejam consideradas a racionalidade e a precisão no repasse das informações técnicas ou legais, mas que não se abdique do relacionamento humano potencializado pelo diálogo, como o genuíno instrumento integrador de uma sociedade.

A legitimação da relação de um governo com a sociedade confere um padrão de confiabilidade de quem tem o dever de falar em nome do povo ou, como explica Zémor (2009), contribuir para a conservação dos laços sociais. O pensamento do autor reforça a relevância do compartilhamento da informação de forma responsável, a partir da premissa do ente público de construir uma relação perene de confiança com o cidadão, pela simples máxima de que “as empresas podem mudar de cliente, os órgãos públicos, não” (ZÉMOR, 2009, p. 197). As organizações públicas, como representantes constitucionais, têm o poder e o dever de interagir com a sociedade, qualificando seu corpo técnico e aperfeiçoando os seus procedimentos, para o cumprimento dos direitos do cidadão, de forma clara e transparente.

Nesse sentido, os estudos sobre a importância do Agir Comunicativo, proposto por Habermas (1989), ampliaram a possibilidade de articular o real sentido do esclarecimento com os novos caminhos para uma comunicação mais humana, menos instrumentalizada e mais subjetiva, respeitando a capacidade e as competências de cada indivíduo. Consequentemente, a qualidade na comunicação deve preconizar a utilização de uma linguagem clara e compreensível, a fim de captar as necessidades de seu público-alvo – em outras palavras, o cidadão. O seu atendimento deve pressupor



uma comunicação simples e adequada, por vezes diferenciada, àquela linguagem normalmente empregada, impondo a necessária aceitação de códigos e símbolos para a manutenção dessa relação. Para tanto, é preciso conhecer as características das diversas regiões e bairros para absorver seus conhecimentos de vida, associada e partilhada com o conhecimento técnico, gerando um novo e verdadeiro produto de competência coletiva, mas que preserva, em sua essência, as suas individualidades formadoras.

De outra parte, a evolução tecnológica e suas aplicações tornaram possível ampliar a difusão da informação pela internet, facilitando o acesso a um grande número de brasileiros, a partir das redes sociais – uma ferramenta disponível e com grande penetração, que agrega qualidade na aplicação dos processos, oportunizando ao gestor público ações inovadoras e interativas na sua relação com os diversos segmentos da sociedade, fundamentais para a promoção social da cidadania. Cabe extrair com sabedoria, dentre os números negativos, quais dados são importantes para a necessária correção dos procedimentos adotados. Interpretar as críticas corretamente ao invés de comodamente aceitar o rótulo histórico de que o problema está na incompetência do servidor público. Nesse sentido, é sempre importante recordar a existência de uma parcela significativa da sociedade que critica o desempenho dos servidores públicos, classificando-os como desinteressados, acomodados e, até mesmo, incompetentes, esquecendo-se de que não são eles que redigem as leis. Eles apenas as cumprem. As suas ações serão sempre o reflexo das políticas públicas implementadas pelos gestores que a própria sociedade outorgou por meio do voto para representá-los. Logo, os críticos à máquina administrativa, dentro da proclamada modernização regida por metas e indicadores, não podem se omitir de cobrar de seus gestores minimamente duas ações importantes: a criação de políticas públicas que promovam e facilitem o relacionamento com o cidadão; e o necessário investimento na qualificação dos servidores, que enfrentam no dia a dia a experiência de “falar” em nome de projetos definidos pelos próprios governos. Parece injusto aceitar que as críticas de uma má administração sejam colocadas sobre as costas do servidor público, justamente aquele que ocupa o último elo da corrente entre os governos e o cidadão.

Por fim, a conclusão de que somente será possível conversar com a cidade ouvindo aberta e proativamente as suas insatisfações, expressas no relacionamento direto ou pelos indicadores das pesquisas. Cabe aos gestores públicos trabalharem na adoção de uma comunicação mais inclusiva, fortalecida pela construção de ações que prevejam o respeito às diferenças culturais, saberes e práticas, presentes na identidade de cada um dos seus cidadãos. A compreensão de que a melhoria nos indicadores depende da aproximação com os seus cidadãos, cujo sentido de interação transcende o espaço físico, composto pela geometria urbana e territorial, se concretizando pelo respeito com a vivência cotidiana de cada indivíduo.



FERNANDO BIFFIGNANDI

✉ biffignandi@gmail.com.br

Arquiteto, Departamento Municipal da Habitação (DEM HAB), Doutor em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com Pós-Doutorado em Comunicação Pública pela Universidade de Coimbra (Portugal). CAU-RS 14998-5.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. **Diário Oficial da União (DOU)**: Brasília, DF, 27 jun. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13460.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão 104 Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas Editora, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

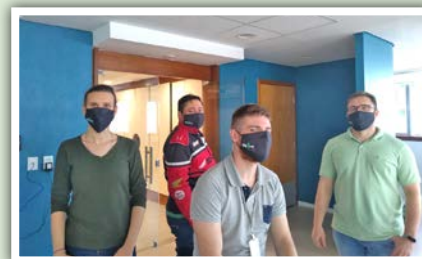
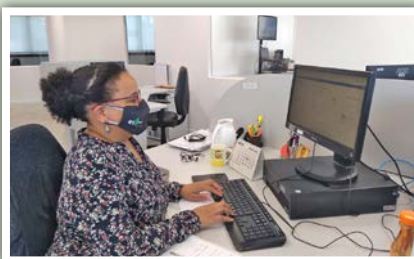
MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PORTO ALEGRE (RS). Decreto nº 19.849 de 5 de outubro de 2017. Institui a Ouvidoria-Geral do Município, subordinada a Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria-Geral (SMTG) dispondo sobre o seu funcionamento. **Diário Oficial de Porto Alegre (DOPA)**: Porto Alegre, 9 out. 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/decreto/2017/1985/19849/decreto-n-19849-2017-institui-a-ouvidoria-geral-do-municipio-subordinada-a-secretaria-municipal-de-transparencia-e-controladoria-geral-smtg-dispondo-sobre-o-seu-funcionamento?q=19.849+>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PORTO ALEGRE (RS). **Relatório Anual da Ouvidoria de Porto Alegre** – 2018 conforme Lei 13.460. Porto Alegre; Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria. Ouvidoria-geral do Município de Porto Alegre/RS, 2019. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smtg/usu_doc/relatorio_anual_de_ouvidoria_2018.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

ZÉMOR, Pierre. Zémor fala sobre comunicação pública na ENAP. **Revista do Serviço Público**: ENAP, Brasília, n. 60, p. 197-200, abr. / jun. 2019. Disponível em: <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/viewFile/22/19>. Acesso em: 15 mar. 2020.

Astec doa máscaras para servidores



Fotos cedidas/arquivos pessoais

A Astec doou 650 máscaras de tecido aos colegas que permaneceram em trabalho presencial. A colaboração de colegas das secretarias municipais de Planejamento e Gestão (SMPG), de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM), e da Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS), além de servidores dos departamentos municipais de Previdência (Previmpa) e de Habitação (DEMHAB), possibilitou o recebimento e distribuição das proteções, no dia 19 de junho. Na SMPG, os técnicos de nível superior da Comissão de Saúde e Segurança no Trabalho (CSST) fizeram a entrega para a equipe da Unidade de Infraestrutura e Serviços da secretaria e para as funcionárias da empresa terceirizada de limpeza, que usam suas próprias máscaras caseiras.

De acordo com o presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum, a entidade preocupou-se em buscar máscaras com um design bastante anatômico e tecido duplo, porém, macio. “O objetivo foi oferecer eficiência com conforto aos colegas que estão enfrentando a pandemia no trabalho presencial”, afirmou o presidente.

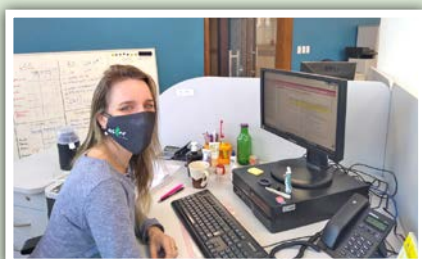
Em momento anterior, a Astec integrou-se à campanha do Simpa adquirindo 200 máscaras do tipo *face shields*, que foram doadas aos colegas servidores da Secretaria Municipal da Saúde que trabalham no Edifício Santa Marta, no centro de Porto Alegre e estão expostos ao contágio do Coronavírus em função de suas atividades. No dia 8 de maio, o vice-presidente da Astec, eng. agr. Irineu Foschiera, e a diretora de Comunicações do Simpa, Cindi Sandri, conferiram o material recebido, na sede do Sindicato.

A campanha distribuiu cerca de 3.200 escudos de proteção facial para serem usados à frente de máscara cirúrgica ou N-95, em dois lotes. O primeiro lote, com 1.682 unidades, foi entregue ao Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, Hospital de Pronto Socorro, Centros de Saúde IAPI, Modelo e Navegantes, Unidades de Saúde Ceres, Tronco e São José) e, também, em setores do DMAE e da FASC. Além dos recursos próprios do Simpa, este primeiro lote contou com o apoio financeiro da ASHPS. A entrega do segundo lote, com 1.500 unidades, a partir do dia 5 de maio, priorizou trabalhadores da Saúde, DMAE e DMLU e, posteriormente, do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS) e de algumas unidades básicas de saúde.

Além da Astec e da ASHPS, a Atempa participou do esforço financeiro conjunto com o Simpa para aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual.



Eng. agr. Irineu Foschiera, vice-presidente da Astec, e Cindi Sandri, diretora de Comunicações do Simpa



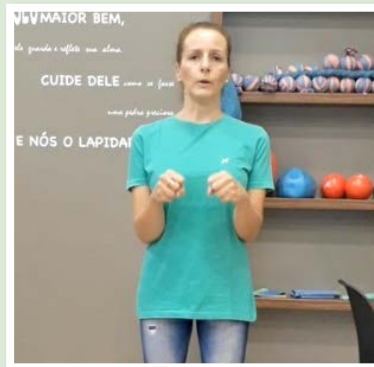
Servidores que permaneceram em trabalho presencial

Dicas para melhorar a qualidade de vida, na quarentena

A professora de pilates Tati Adam e a fisioterapeuta Bruna Pires dão dicas para ajudar a melhorar a qualidade de vida, na quarentena, permanecendo em casa. Os vídeos gravados por elas estão disponíveis em www.astecmpa.com.br – Publicações – Vídeos.



Bruna Pires, fisioterapeuta



Tati Adam, professora de pilates

Caça ao Tesouro

Nenhuma tampinha de plástico pode ficar perdida

Junte as suas tampinhas de plástico e ajude o Educandário São João Batista a guardar o seu maior tesouro.



PONTOS DE COLETA DE TAMPINHAS:

POSTOS PEGASUS

Av. Ipiranga, 2.495
Azenha
Av. José de Alencar, 399
Menino Deus
Av. Praia de Belas, 1.720
Menino Deus

COM. DE COMBUSTÍVEIS PÔR DO SOL

Av. Praia de Belas, 1.578
Menino Deus

POSTO BMC

Av. Teresópolis, 2.963
Teresópolis

POSTO DA RÓTULA

Av. Cavalhada, 2.490
Cavalhada

POSTO HÍPICA

Av. Edgar Pires de Castro,
615, Aberta dos Morros

POSTO RESTINGA

Av. João Antônio da Silveira,
1.450, Restinga

Informe-se em como ser mais um ponto de coleta de tampinhas parceiro do SULPETRO em prol das crianças com deficiências da nossa instituição.



Informações:
(51) 3246-5655

Mobilização pela saúde

Desde o início da pandemia, a Astec tem realizado e participado de diversos movimentos pela saúde, não só dos municipais, como dos cidadãos porto-alegrenses, em geral. Além do custeio para as doações de máscaras aos colegas que atuam na linha de frente da Secretaria Municipal da Saúde e no trabalho presencial em outras secretarias, a Astec integra o Fórum das Associações, conjunto que assina ofício encaminhado, em 5 de maio, à Secretária Municipal de Planejamento e Gestão, Juliana Castro. O documento questiona o Decreto nº

20.565, de 02/05/2020, que determinou a volta dos servidores municipais ao trabalho presencial, a partir do dia 11 de maio. Também assinado o ofício: Associação dos Administradores, Atuários, Contadores, Economistas e Estatísticos do Serviço Público Municipal de Porto Alegre (Acespa); Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA); Centro de Estudos do HPS de Porto Alegre (CEHPS); e Associação dos Auditores e Técnicos de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Ascontec).

Homenagem aos profissionais da linha de frente

Em 5 de maio, a Astec prestou homenagem aos profissionais da Saúde, por meio da publicação, em suas mídias, de um manifesto que enaltece o papel cumprido pelos colegas na linha de frente do combate à Covid-19. No texto, a entidade defende a contratação emergencial de profissionais, investimentos em equipamentos, ampliação do número de leitos, liberação de testes para todos os profissionais da saúde e à população, bem como o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).



Ilustrativa/FreePik

Ações judiciais da Astec

Confira o andamento

O escritório Direito Social, que presta assessoria jurídica à Astec, informa sobre o andamento das ações judiciais movidas pela Astec.

Mandado de Segurança Coletivo - parcelamento - 9006797-10.2019.8.21.0001 – não cabe mais recurso por parte do Município de Porto Alegre no Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela entidade aos seus associados que impede parcelamento e atraso na remuneração.

O Município de Porto Alegre deve obedecer a disposição da lei de que o pagamento mensal da retribuição dos servidores, dos proventos e das pensões será realizado até o último dia útil do mês a que corresponder, não sendo autorizado o parcelamento ou atraso no pagamento. O judiciário ainda condenou o Município no pagamento do valor de R\$ 500,00 por dia de atraso.

Na última quarta-feira (19/08/2020) foi certificado o trânsito em julgado desta decisão judicial. Significa dizer que o Município não pode mais recorrer da decisão tomada, devendo cumpri-la sem qualquer escusa. A decisão atinge os associados da Astec listados no processo.

Neste momento, a Astec providencia a cobrança da multa imposta ao Município pelos atrasos já observados desde a data da concessão da segurança.”

Indenização pelo Parcelamento - 9006851-73.2019.8.21.0001 – esta ação está suspensa, aguardando julgamento do TJRS que vai orientar todos os processos em andamento.

Revisão Geral Anual – datas-bases 2017 e 2018 – 50259835320208210001 – O processo foi distribuído em maio de 2020. Ainda está no seu início, em fase de instrução. O escritório Direito Social apresentará Réplica por estes dias. Esta ação busca que o Município realize revisão geral anual das remunerações referentes às datas-bases 2017 e 2018 ou a indenização correspondente, uma vez que estão dispostas em legislação específica. A autorização para que a Astec impetrasse a ação foi deliberada em assembleia geral extraordinária, realizada na sede da Associação, na noite de 4 de março.



Assinatura de documentos, trânsito de arquivos contábeis e cadastro de associados ganham novos formatos

A Astec está migrando procedimentos para o formato digital. Em função do isolamento social imposto pela pandemia, em 8 de julho, a entidade realizou sua primeira assembleia geral virtual, que acabou por se revelar um sucesso! Um número maior do que o usual de associados teve condições de assistir à prestação de contas 2019, que foi aprovada por unanimidade, contando, inclusive, com a participação de uma conselheira on-line desde a Irlanda.

De acordo com o presidente, eng. civil Sérgio Brum, a tendência é que as assembleias e reuniões virtuais se tornem uma prática comum. “A economia de transporte e de tempo facilita a participação e, ao que tudo indica, a adoção do modelo será um legado positivo da pandemia”, afirma.

A esse, a Astec está somando outros avanços, como a aprovação digital de documentos, por meio de e-mail e senha criptografados pelo sistema Zephir Project Manager, no site **www.astecmpa.com.br**. A primeira experiência – com a ata da assembleia geral de prestação de contas 2019 – foi tão bem sucedida que o método foi imediatamente adotado. Agora todas as atas das reuniões de diretoria são assinadas virtualmente. “O investimento para desenvolver o sistema foi bastante reduzido e será rapidamente recuperado pela redução dos gastos com papel e tinta para a impressão, além do quê, há um ganho de qualidade com a redução da margem de erro e agilidade na tramitação dos documentos”, comemora Brum.

Outras inovações que estão sendo implantadas dizem respeito a novas possibilidades de cruzamentos de dados do cadastro de associados – conferindo maior agilidade ao trabalho de secretaria – e ao trânsito de documentos contábeis entre a diretoria executiva, o conselho fiscal e a assessoria contábil. A substituição de arquivos de papel por arquivos digitais, trans-

mitidos via internet, resulta em um grande ganho de segurança – os documentos físicos não precisam circular, o que reduz riscos – e em economia, tanto de papel e impressão como de transporte e tempo das idas e vindas entre a entidade e o prestador de serviços de contabilidade.

“Temos investido na atualização tecnológica da Astec para que a entidade seja capaz de representar e defender os interesses dos técnicos de nível superior com a segurança, economia, qualidade e transparência adequadas”, finaliza o presidente.



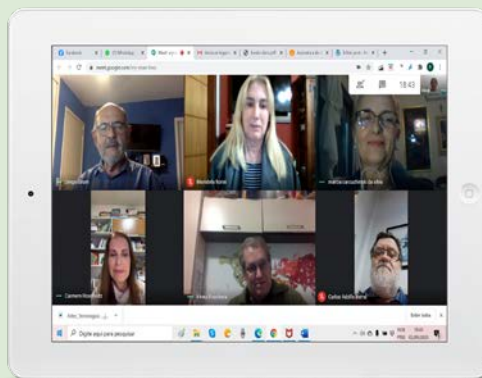
Ilustrativa/Canva

Home office e reuniões virtuais: Astec não para durante a pandemia

Visando a saúde de todos, o atendimento presencial está suspenso na sede da Astec. Desde 19 de março, os funcionários estão trabalhando a partir de suas residências, no sistema *home office*, e as reuniões de diretoria e do conselho deliberativo seguem ocorrendo regularmente, mas em formato virtual.

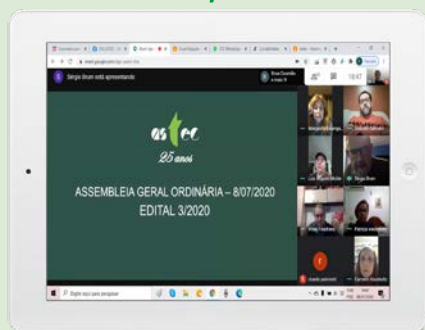
O atendimento permanecerá sendo feito por meio do nosso site, **www.astecmpa.com.br**, pelo e-mail **secretaria@astecmpa.com.br**, pelo telefone/WhatsApp (51) **996-291-075**.

Eventual necessidade de retirada/assinatura de documentos na sede deverá ser previamente agendada.

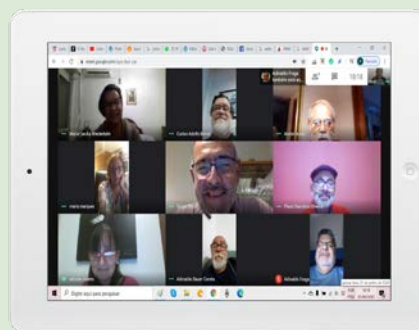


**Reunião ordinária da
Diretoria Executiva, em 02/09/2020**

Contas 2019 e orçamento 2020 são aprovados por unanimidade



Assembleia Geral Ordinária



Reunião do Conselho Deliberativo

A prestação de contas referente ao ano de 2019 foi aprovada por unanimidade, em assembleia geral ordinária (AGO), realizada em 8 de julho. Anteriormente, em 25 de junho, o Relatório e o Balancete de 2019 também foram aprovados por unanimidade, pelo Conselho Deliberativo, que emitiu parecer favorável à aprovação na AGO.

Os dois eventos foram realizados em formato virtual. Ocorrida antes da decretação das medidas de isolamento social, a AGO de 4 de março, no formato presencial, resultou em mais uma aprovação unânime, desta vez, da proposta de orçamento da Astec para 2020.



AGO presencial, ...



... antes do isolamento social

Fotos: Ruvana De Carli/Carl/Com

Comissão Jurídica da Astec defende serviço público, em artigo de rádio

A Comissão Jurídica da Astec, composta por um grupo de procuradores do Município de Porto Alegre, publicou um artigo em defesa do serviço público, na Rádio Ipanema Comunitária FM 87.9, da zona sul da Capital, que pode ser acessada pelo site www.ipanemacomunitaria.com.br. O spot, intitulado O Espírito da Coisa, é veiculado diariamente, na faixa de programação das 16h20min. Leia também a íntegra do texto, no site www.astecmpa.com.br – Notícias.

Acompanhe a programação da Rádio Ipanema Comunitária, 87.9 FM, emissora mantida pelos moradores do bairro Ipanema, na zona sul de Porto Alegre, por meio de uma associação civil.



www.ipanemacomunitaria.com.br

Astec tem novo estatuto

Conforme aprovado em assembleia geral extraordinária, realizada em 25 de setembro de 2019, a Astec passou a ser regida por novo estatuto, publicado em 5 de fevereiro deste ano. Confira o documento, no site da Astec, no link <https://bit.ly/321jg7B>.



Foto: Ruvana De Carli/CarliCom

Novo estatuto foi aprovado em AGE de 25 de setembro de 2019

Parabéns, Astec! 26 anos em defesa da valorização dos técnicos de nível superior do município de Porto Alegre!

No último dia 8 de junho, a Astec completou 26 anos da união de mais de mil técnicos que atuam ou já atuaram na Prefeitura de Porto Alegre. Em atenção às medidas de isolamento, a data não foi comemorada com a tradicional festa de aniversário, mas contou com uma mensagem gravada em vídeo, pelo presidente, eng. civil Sérgio Brum. Confira este e outros vídeos no link <http://astecmpa.com.br/category/video/>.



Minuto Técnico: Em prol da valorização profissional

A verdade sobre as finanças de Porto Alegre é o tema do Minuto Técnico 3, apresentado pelo economista Paulo Muzell. Confira este e outros vídeos no link <http://astecmpa.com.br/category/video/>.



Astec apoia o movimento #FicaEspanhol

Por entender a importância da educação pública de boa qualidade, a Astec se soma ao Simpa e demais entidades em apoio à campanha **#FicaEspanhol**, criada por professores municipais de Porto Alegre em defesa, pelo menos, da oferta de Língua Espanhola como uma das componentes curriculares nas escolas públicas do município.

Inicialmente, os docentes buscam uma entrevista com o secretário da Educação, Adriano Naves, para discutir a necessidade do cumprimento da lei decorrente da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) N° 270/2018, que fixa a oferta do idioma como obrigatória e a matrícula como opcional, em todas as redes públicas do RS.

Astec visita “Prédio da SMOV” que se deteriora, sem providências

Os anos se sucedem e o chamado “prédio da SMOV”, referência arquitetônica na Capital, localizado na Av. Borges de Medeiros, 2244, segue sem manutenção, se deteriorando a olhos vistos. O projeto dos arquitetos Moacyr Moojen Marques, João José Vallandro e Léo Ferreira da Silva, realizado em 1966, e a construção concluída na gestão do prefeito Telmo Thompson Flores (1969 – 1975), hoje é alvo de rumores de demolição e de uma tentativa de tombamento por meio de requerimento protocolado pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, com o apoio do Docomomo Brasil, Docomomo Núcleo RS e Instituto dos Arquitetos do Brasil-RS, para a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura de Porto Alegre, elaborado pelos arquitetos Helton E. Bello e Sérgio M. Marques.

A parte dos esforços para tentar resgatar a dignidade do monumento arquitetônico e a segurança dos servidores e cidadãos que circulam no seu interior, o edifício vem se deteriorando a olhos vistos. Além das inúmeras denúncias já registradas pela Astec sobre a falta de condições do prédio, em dezembro de 2019, houve falta de energia elétrica e cheiro de queimado, obrigando os funcionários a subirem pelas escadas até o 6º andar e, posteriormente, evacuarem o local.

Em visita realizada, no dia 9 de janeiro, representantes da entidade constataram as condições insalubres e uma série de riscos à segurança dos que circulam no local. Os gerado-

res alugados, movidos por óleo diesel, não se mostraram uma solução eficaz: o condicionamento de ar só funcionou parcialmente e as salas da fachada oeste apresentavam temperaturas insuportáveis, principalmente à tarde, período de maior insolação. Nas faces norte e leste, era impossível manter as janelas abertas devido ao barulho dos geradores.

Em breve será verão novamente e permanece a pergunta sobre quais serão as condições de trabalho.



Arquivo Astec

Presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum, avalia os geradores: energia insuficiente para funcionamento adequado do sistema de ar-condicionado e barulho excessivo

FASC

O desmonte da Política de Assistência Social em Porto Alegre

Desde 2017, os servidores da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (FASC) vêm apontando e denunciando o desmonte na Política de Assistência Social, em Porto Alegre. Procurados pela *Revista da Astec*, eles preferem não se identificar para evitar constrangimentos e assédio no ambiente de trabalho, mas contam que, apesar de denúncias em várias instâncias, quase nada foi feito para reverter o quadro, que continua se agravando. À redução da oferta de serviços de assistência social e da proteção social, soma-se o cenário de ampliação do desemprego e da extrema pobreza da população, que reflete no cotidiano dos serviços. Agravam-se a fome, a situação de pessoas vivendo na rua, o trabalho informal e a mendicância. Assim, a cidade e a Prefeitura de Porto Alegre, que já foi referência nas ações de proteção social, mergulham em um profundo desmonte das suas estruturas protetivas, com atendimentos precários, benefícios descontinuados e cada vez mais escassos, tanto na assistência social, na educação e na saúde como na segurança alimentar.

Com a chegada da pandemia, a situação se agravou ainda mais, pois os servidores do município também passaram a ser alvo dessa precarização, ficando expostos a riscos. Desde o início, via decreto nacional, a Assistência foi considerada política essencial, passando assim seus serviços e servidores a também serem considerados como tal. Porém, o gestor municipal e a presidenta da FASC têm se preocupado em garantir a manutenção na execução dos serviços sem considerar a necessidade de seus funcionários e os riscos a que estão expostos – como a falta de EPIs e de condições nos espaços físicos. Durante esse período, foram fechados equipamentos próprios

importantíssimos, como o Albergue Municipal, o Abrigo Família e Abrigo Bom Jesus. Os serviços desenvolvidos em regime de parceria também tiveram prejuízos graves, decorrentes da suspensão nos repasses às entidades que os executam.

Houve inúmeras tentativas de diálogo com a gestão, visando à elaboração de estratégias para minimizar os riscos aos trabalhadores e usuários dos serviços. Todas foram sem sucesso – os trabalhadores seguem sem EPIs, bem como continuam se mantendo aglomerados em espaços que não permitem um atendimento adequado.

Outro problema é a falta de transparência nas informações – como as denúncias na imprensa sobre a contratação do Instituto Renascer – e na organização da distribuição de benefícios, como cesta básica e programas de transferência de renda. O resultado dessa realidade é um contexto desastroso, em que muitas famílias expostas à vulnerabilidade social seguem sem acesso a esses recursos.



Ilustrativa/FreePik

Previmpa: não ao PLCE Nº 007/2020

Em 6 de julho, a Astec, juntamente o Simpa e demais associações de servidores, encaminhou carta conjunta a todos os vereadores solicitando a rejeição do Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) Nº 007/2020, que autoriza a suspensão do pagamento da contribuição pa-

tronal ao regime financeiro de capitalização, bem como o parcelamento das parcelas não pagas. Se aprovado, o projeto oferece grande risco à saúde do Previmpa. Também assinam a nota: Sindicâmara, Acespa, AGMPA, APMPA, Ascontec, Asead, ASHPS, ASSMS e CEHPS.

“Marchezan atrasa 13º mas faz farra de propaganda com dinheiro público”

O título é do artigo publicado pelo associado cir. dentista Jeferson Miola, em seu blogue, em 28 de dezembro de 2019, sobre como “o prefeito Marchezan Júnior atrasou o pagamento do 13º salário dos funcionários de Porto Alegre e contraiu custos de endividamento de mais de 1% ao mês para os cofres municipais alegando suposta falta de recursos.”

O texto revela que o prefeito empenhou R\$ 34.915.658 para propaganda, em 2019, um gasto 445% maior do que o

valor empregado em 2018 e a maior verba já empregada em publicidade na história da Capital.

Com conteúdo nada informativo, oficial ou institucional, o dinheiro público foi aplicado em toda a mídia nacional – nas rádios e emissoras de TVs abertas e fechadas; nos mais importantes jornais locais e nacionais e em todas as redes sociais e mídias digitais. A íntegra do artigo está em <https://bit.ly/3h8mfzh>.

Prefeitura é condenada a pagar juros e correções sobre remunerações parceladas em 2017 e 2018

Em 31 de dezembro do ano passado, o Simpa ingressou com ação popular no Tribunal de Justiça do RS para suspender a propaganda irregular e enganosa de Marchezan. Em 2 de janeiro, a juíza de plantão, Keila Silene Tortelli, deferiu parcialmente a liminar, determinando que “o Município se abstenha de efetuar qualquer publicidade que não seja de cunho educativo, informativo ou de orientação social à população, a exemplo das informações da alteração dos valores do IPTU”.

A seguir, em 11 de março, o site da Astec noticia que, em resposta a duas ações ajuizadas pelo Simpa, a Justiça condenou o município de Porto Alegre e autarquias a pagar juros e correção sobre as remunerações dos servidores parceladas em 2017 e 2018. As decisões foram em primeira instância, emitidas pela 2ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, e as partes foram intimadas a apresentar recurso ao Tribunal de Justiça do RS. Somente a partir do trânsito em julgado da decisão (quando não couber mais recurso) é que os valores poderão ser liquidados.

DMAE e atingidos pela Pandemia da Covid-19 estão nos PLs encaminhados pelo prefeito à Câmara Municipal

No final de semana dos dias 6 e 7 de junho, além do PL Nº 007/2020, o prefeito Nelson Marchezan Júnior encaminhou à Câmara Municipal o Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) Nº 006 e o Projeto de Lei do Executivo (PLE) Nº 009/2020. O PLCE Nº 006 refere-se à criação do Funcovid-19 e visa atender aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia da

Covid-19, enquanto o PLE Nº 009 objetiva a contratação de técnicos em tratamento de água e esgoto, fresadores, operadores de máquinas especiais, soldadores industriais e técnicos industriais, para o DMAE, por prazo determinado de 120 dias, renováveis por mais 120. Os projetos estão disponíveis em www.astecmpma.com.br – Legislação – Projetos de Lei.

Impeachment e CPI vão definir futuro político de Nelson Marchezan Júnior

Por 31 votos a favor e quatro contra, a Câmara Municipal aprovou a abertura de processo de *impeachment* do prefeito Nelson Marchezan Júnior, em 5 de agosto, 102 dias da eleição municipal, adiada para 15 de novembro em razão da pandemia da Covid-19. A justificativa central para a aceitação da abertura foi a utilização de R\$ 2,4 milhões do Fundo Municipal de Saúde para pagamento de gastos com publicidade, mas, também pesaram as decisões do Executivo no enfrentamento à Covid-19 e as relações do prefeito com a Câmara Municipal antes e, sobretudo, depois da pandemia.

Em 27 de agosto, um pedido para instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sobre atos da Prefeitura da Capital, foi apresentado à Mesa Diretora da Câmara, contendo assinaturas de 15 dos 36 vereadores. Serão investigados temas relacionados ao chamado “banco de talentos”, instituído pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) para captação de recursos humanos, e a participação de um servidor nomeado concomitantemente em dois cargos diretivos na administração municipal. O resultado do processo de impeachment e da CPI vão definir o futuro político de Nelson Marchezan Júnior.

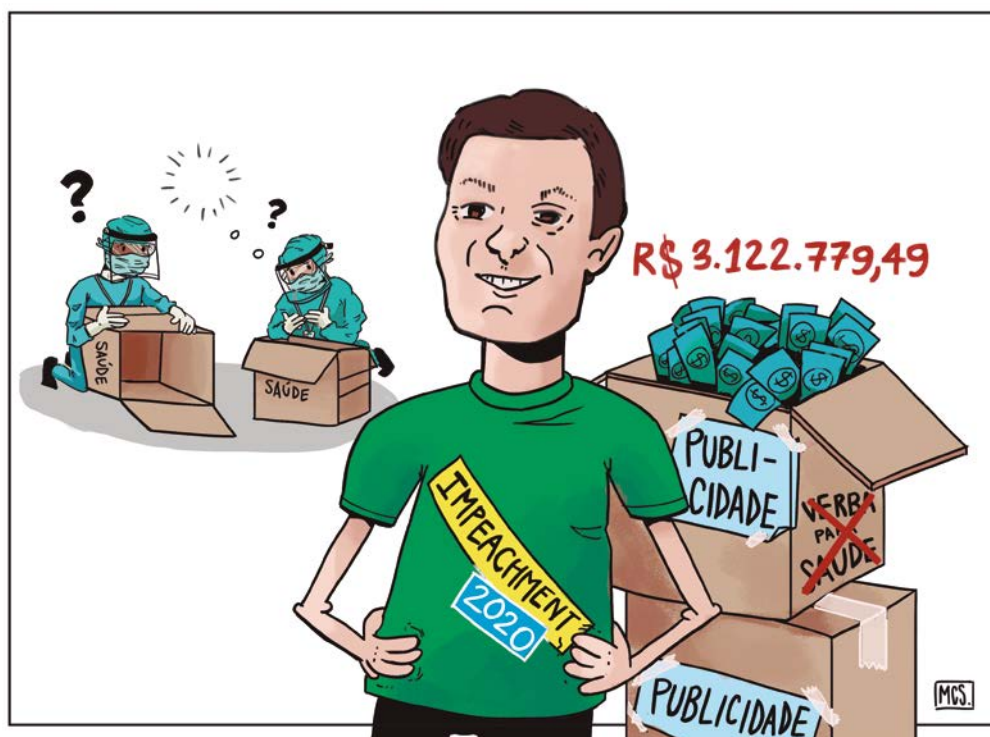
Marchezan vai a festas no litoral, às custas da Prefeitura, acompanhado de servidores, enquanto alega falta de dinheiro para despesas básicas e para repor a inflação dos salários do funcionalismo

No último dia 1º de fevereiro, o prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, se fez acompanhar por oito servidores do município em viagem a Capão da Canoa, para participar da comemoração dos 90 anos do ex-governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. Novamente, em 15 de fevereiro, o prefeito se dirigiu ao litoral gaúcho. Dessa vez, acompanhado de quatro funcionários da Prefeitura, foi à praia de Xangri-Lá, para celebrar o aniversário do vereador Edenir Cecchin. As despesas foram custeadas pelos cofres públicos e ocorreram sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens dos funcionários, com ônus para o município.

Enquanto consome recursos para comparecer em fes-

tas de aniversário que não são do interesse do município e, como se não bastasse, arrasta consigo servidores, onerando os cofres públicos, Marchezan segue alegando falta de dinheiro, por exemplo, para repor a inflação dos salários dos municipais, congelados durante toda a sua gestão à frente da Prefeitura. Nem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os funcionários da Saúde estão sendo fornecidos conforme as necessidades.

Mais informações sobre as viagens estão na edição 6.258 do Diário Oficial de Porto Alegre (Dopa), de 26 de maio último, página 1. No YouTube, é possível acompanhar o vídeo “Pedro Simon festeja os 90 anos em megafesta com amigos e políticos”, que mostra a festa do ex-governador.



Milo Cardoso/Leão Fucsia

Novos sócios

A Astec dá boas-vindas aos novos associados.

Cargo	Nome	Secretaria
Psic.	ALINE MARIA REINBOLB SIMOES	SMPG
Téc. Agropec.	ALOISIO DE LAZZARI (sócio conveniado)	Previmpa I
Arquiv.	ANA INES ARCE	SMC
Proc.	ANA LUISA SOARES DE CARVALHO	Previmpa I
Proc	ANDRE SANTOS CHAVES	PGM
Quím.	ANDREA HOFMEISTER BRASIL	DMAE
Prof ^ª	ANDREIA MARQUES RODRIGUES	SMED
Eng.	ARNALDO LUIZ DUTRA	DMLU
Prof ^ª	CARLA SILVANA PRATES MARTINS	SMED
Quím.	CARLOS FABIANO ALTENETA GARSS	DMAE
Nutr.	CAROLINA BREDARESENDE	SMDSE
Adm.	CAROLINE DE LUCENA MYRON	Dmlu
Adm.	CAROLINE SILVA PADILHA	SMF
Proc.	CLAUDIO HIRAN ALVES DUARTE	PGM
Prof ^ª	DENISE SPANENBERG BIAVATTI	SMED
Ass. Soc.	DORIS MONTEIRO SCHUCK	SMPG
Prof ^ª	EDNA NEREIDA DA SILVA DE AZEVEDO	SMED
Eng. Eletricista	EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA	SMSURB
Eng. civil	FERNANDA BORGES RIBEIRO	SMIM
Psic.	FRANCINE AMINA HORTENSE ROCHE	SMS
Eng.	GERALDO ANTONIO REICHERT	DMLU
Bibl.	GICELE FARIAS GOMES	SMPG
Enf.	GILBERTO MACHADO GUIMARAES	SMS
Téc. Com. Soc.	GILMAR ROBERTO EMMENDORFER MARTINS	GP
Prof ^ª	JANICE CASTILHOS	Previmpa I
Eng.	JOAO PAULO CARDOSO JOAQUIM	SMIM
Assist. Soc.	JOICE ELIANE LOPES DA SILVA	SMED
Proc.	JOSÉ FRANCISCO TEIXEIRA PINTO	PGM
Guarda Mun.	JOSE JORGE MACHADO RODRIGUES (conveniado)	SMSEG
Eng. civil	JOSE RICARDO PIBER DOS SANTOS	SMIM

Cargo	Nome	Secretaria
Adm.	JUCIARA VEIGA DE CAMPOS	GP
Assis. Soc.	JULIANE COLOMBO SCHOLL	SMPG
Eng.	JULIANO CARDOSO LAPOLLI	SMAMS
Téc. Com. Soc.	LEILA SUZANA HOFSTATTER	DMLU
Proc.	LETICIA STRONGE PIRES	PGM
Arq.	LIGIA SARAIVA SOARES	SMAMS
Arq.	LUCIANE ZANETTE	SMAMS
Eng. civil	LUIS FERRARI BORBA	DEM HAB
Proc.	MARCELO DIAS FERREIRA	PGM
Eng. Agr.	MARCIA DE CAMPOS ORANTAS	DMLU
Prof ^ª	MARIA CRISTINA PINTO BONOTO	Previmpa I
Arq.	MARIZA BEATRIZ PEYROT LOPES	SMDE
Farm.	MARLI HOCH	DMAE
Bibl.	MARTA CRISTINA MARTINS LEMOS	Previmpa I
Proc.	MAURO DE ALMEIDA CANABARRO	PGM
Prof ^ª	NARA TERESINHA AVILA DE FREITAS	Previmpa I
Arq.	NATERCIA MUNARI DOMINGOS	SMAMS
Eng.	RICARDO DUTRA DE CASTRO	SMSURB
Arq.	ROBERTO FERREIRA DE FREITAS	DEM HAB
Téc. Com. Soc.	ROSA MARIA CAVALHEIRO GUSMAO	Previmpa I
Adm.	ROSA MARIA LUPI BEVILACQUA	Previmpa I
Enf.	ROSANI TESSER	SMS
Prof ^ª	SIMONE NIEDERAUER WEIDE	SMED
Prof ^ª	SONIA REGINA SILVA PEDROSO	SMED
Arq.	SUZIANE FRAGA LAGO	SMAMS
Arq.	VANESKA PAIVA HENRIQUE	SMAMS
Arq.	VANIA KLEIN SILVA	SMAMS
Assist. Adm.	VERÔNICA DOS SANTOS PEREIRA (conveniado)	SMRI
Arq.	VERONICA MORAIS MEDINA	SMDE
Eng.	WOLNEY CARVALHO PRADO	SMIM

Previmpa empossa conselheiros



Conselheiro administrativo do Previmpa e presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum



Conselho de Administração 2020-2022



Conselho Fiscal 2020-2022

O Previmpa empossou, no dia 23 de janeiro, seus novos conselheiros titulares e suplentes eleitos entre os representantes dos servidores para o Conselho de Administração (CA) e Conselho Fiscal, biênio 2020-2022. Na oportunidade, o presidente da Astec e conselheiro empossado, eng. civil Sérgio Brum, parabenizou todos os conselheiros pela disponibilidade em aceitar a missão e ressaltou que essa se constitui em colaborar para manter saudável o ente previdenciário, assegurando as condições de sobrevivência a aposentados e pensionistas do município. Expressou, ainda, sua preocupação com as intenções do atual prefeito de

usar recursos do fundo de capitalização para pagar a dívida do município com os servidores que ingressaram antes da constituição do fundo. Brum lembrou que as aposentadorias e pensões dos municipais sempre foram e continuam sendo de responsabilidade do governo de Porto Alegre, na sua integralidade – “uma dívida da cidade com seus servidores, portanto, não há que se falar em déficit na Previdência”, frisou.

Diferentemente de anos anteriores, os conselheiros indicados pelo governo foram empossados em data separada, no dia 24 de janeiro.

Fotos: Mariana Pires/Simpa

Astec homenageia associadas no Dia Internacional da Mulher

Na noite da terça-feira, 10 de março, a Astec recebeu associadas e seus familiares para celebrar a força feminina da entidade, em um happy hour alusivo ao Dia Internacional da Mulher, transcorrido em 8 de março. Além dos momentos de confraternização entre colegas e amigos, todas receberam um mimo – um carregador para celular e um álcool gel para carregar na bolsa.

Também houve sorteio de uma cesta de produtos coloniais, produzidos no sítio da diretora administrativa da Astec, adm. Márcia Carcuchinski, e de dois passeios turísticos. A assist. social Heraida Cyreli Raupp, da Fasc, foi sorteada com um passeio de dois dias, com acompanhante, para Ametista do Sul, cortesia do parceiro conveniado à Astec, Cláudio Roberto Turismo. Um passeio de um dia, ao templo budista de Três Coroas, também com acompanhante, cortesia da Viajando com Tânia, saiu para a arq. aposentada da SMOV, Denise Pickler. A téc. em com. social Cristine Rochol levou a cesta de produtos coloniais.

O evento foi marcado, ainda, pelo ingresso de três novas associadas: a aposentada da SMC, Marta Cristina Martins Lemos; a arq. Natércia Munari Domingos, da SMAMS; e a téc. em com. social aposentada Rosa Maria Cavalheiro Gusmão, que receberam as boas-vindas das colegas.



Ruvana De Carli/CarliCom

Homenagens e confraternização com colegas marcaram o happy hour pelo Dia Internacional da Mulher

Associados indicam livros



A biól. Isabel Junqueira recomenda a leitura de **Sua Excelência, o Terroir – O fascinante mundo dos vinhos**, do geólogo e sommelier Guilherme Pinz que, em um trabalho inédito e instigante, apresenta o universo dos vinhos e decifra os segredos do solo e do *terroir* das melhores regiões viníferas do mundo. Da Wonderful Editora e Projetos Especiais, disponível na Amazon.



O eng. civil Sérgio Brum indica **Cartas da prisão de Nelson Mandela**, uma coletânea de cartas enviadas por Mandela durante os 27 anos de sua prisão, antes de se tornar o primeiro presidente democraticamente eleito na África do Sul, em 1994. Edição Sahm Venter, Editora Todavia, disponível na Amazon.



Ricos podres de ricos, de Antonio David Cattani, doutor pela Université de Paris I – Sorbonne, atualmente pesquisador e professor titular de Sociologia da UFRGS, é a sugestão do eng. agr. Irineu Foschiera. Segundo o autor, o livro mostra “fragmentos da superfície” sobre o 1% da população brasileira que detém 50% da renda nacional. Da Tomo Editorial/Marcavisual. Ilustração de Edgar Vasques.



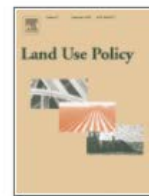
A dica da enf. Maristela Fiorini é a obra do jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano, **As Veias Abertas da América Latina**. Escrito em 1971, o livro, que traz uma análise da história da América Latina, desde a colonização europeia até a idade contemporânea, foi banido durante as ditaduras militares do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Editora: Monthly Review.

Associada da Astec tem artigo publicado em revista holandesa de mais alta graduação entre publicações científicas



Land Use Policy

Volume 99, December 2020, 104851



A biól. Soraya Ribeiro, da SMAMS, associada da Astec, teve um artigo publicado, no mês de junho, na revista Land Use Policy, da Holanda, classificada como A1, a mais alta graduação entre publicações científicas. O trabalho foi desenvolvido no curso de Doutorado em Diversidade e manejo da vida silvestre, da Unisinos, por meio da análise de ima-

gens de satélite de 19 áreas protegidas, localizadas nos biomas mata atlântica, pampa, cerrado, pantanal e Amazônia. O artigo “Land use in Brazilian continental wetland Ramsar sites” de Soraya Ribeiro, Rafael G. Moura, Cristina Stenert, Maximo Florín e Leonardo Maltchika está disponível no link <https://bit.ly/3h9BDvs>

Homenagem à memória da enf. Márcia Calixto e seu filho Matheus, pela não violência contra a mulher

Há oito anos, em 24 de julho, a enf. Márcia Calixto, conselheira da Astec, foi brutalmente assassinada pelo marido, juntamente com seu filho Matheus, de cinco anos. O assassino também era pai do menino. Em culto à memória, as colegas de trabalho da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde de Porto Alegre produziram o vídeo Oito Anos de Saúde, que alerta sobre a violência contra as mulheres. Veja no link <https://bit.ly/3i6GXRA>.



RuvanaDe Carli/CarliCom

Márcia Calixto e os colegas de diretoria e conselho deliberativo da Astec, em 28/12/2010

Falecimentos

A Astec lamenta a perda dos colegas e envia votos de conforto às suas famílias. A **enf. Lorita Catharina Oliveira** faleceu em 11 de agosto, aos 72 anos, em decorrência da Covid-19. Tendo atuado no Hospital de Pronto Socorro, em 2018 foi homenageada pela Astec com o troféu conferido aos técnicos de nível superior que se aposentam.



O **arquiteto Fernando Vargas Souto Filho** faleceu em 16 de agosto, de causas naturais. O “Nando, como era tratado pelos colegas do DEMHAB, atuou no campo da Habitação de Interesse Social. Deixou a esposa Odiles de Lurdes Staszczak Souto e o filho Vinicius Staszczak Souto.

O **engenheiro civil Hermes Consiglio Filho** faleceu em 28 de agosto, em decorrência de complicações após um transplante de fígado. Atuou na antiga Secretaria do Planejamento Municipal, onde ficou conhecido como um colega sempre de bem com a vida. Deixou a esposa Regina e as filhas Claudia e Luciana.



Solidariedade em tempos de pandemia

Patrícia do Couto Wiederkehr

A enfermeira aposentada da SMS Patrícia do Couto Wiederkehr fala sobre a experiência no voluntariado, resultado da formação familiar, praticamente uma inclinação trazida no DNA.



Fotos: Arquivo pessoal

Na Paróquia Santa Cecília, organizando alimentos doados mensalmente pelos paroquianos, para comunidades da periferia. Trabalho realizado desde a Campanha do Betinho contra a fome, em 1993.

Desde criança, aprendi com a minha família a importância de olhar para o outro. Lembro-me da vó Celina, que faleceu em 2017, aos 91 anos. Costureira, ela trabalhava num grande hotel de Porto Alegre e tudo o que ganhava dividia com os vizinhos, no bairro Restinga, onde morava. Minha mãe, Cleuza, professora aposentada da SMED-PMPA e da Seduc-RS, trabalhava com comunidades carentes e sempre esteve atenta ao que acontecia ao seu redor.



Entrega de colchão e alimentos para seu Adão, morador de rua, na Vicente da Fontoura com a Neuza Brizola. Ele já trabalhou em supermercado, construção civil e limpeza urbana. Veio de São Jerônimo após a morte dos pais. Tem irmãos em Porto Alegre, mas muito pobres, que moram em peças alugadas com toda a família. Ele está na rua há mais de 10 anos. Ficou desempregado e não conseguiu mais pagar o aluguel da peça onde morava.

Em tempos de pandemia, com a vulnerabilidade social aumentando dia a dia, as ações do governo não dão conta e o que estamos vendo é o povo ajudando o povo. Cada cidadão se sente chamado à ação de solidariedade.

Com um grupo de familiares e amigos, temos feito várias ações pontuais, mas que fazem a diferença na vida de algumas pessoas. Cozinhamos semanalmente e entregamos alimentação para amigos que passam por necessidades e moradores de rua. Arrecadamos recursos para a compra de cestas básicas para famílias que não conseguiram acesso aos recursos do governo e perderam a vaga de emprego que tinham. São diaristas, profissionais da construção civil, auxiliares de serviço geral e zeladoria. Pessoas que tinham emprego e renda, mas, hoje, encontram dificuldades até para se habilitar para o auxílio emergencial.

Além disso, com o isolamento social, longe de familiares e amigos, podemos fazer a diferença na vida das pessoas. Um contato pelas redes sociais, um telefonema, enviar um mimo numa data especial, tudo é motivo de alegria para quem faz e para quem recebe. Também ajudamos os vizinhos, fazendo as suas compras e auxiliando nas tarefas cotidianas.

Estamos sentindo a falta dos encontros e do abraço carinhoso. Comunicamo-nos pelos olhos, usando máscaras de proteção. E temos que fazer a nossa parte. Se podemos, temos que ficar em casa. Tudo vai passar, mas, neste momento, somos convocados para o enfrentamento de um inimigo invisível, porém, poderoso.

Faça a diferença na vida de alguém! E faça a sua parte na luta contra o Coronavírus.

Eduardo Fleck

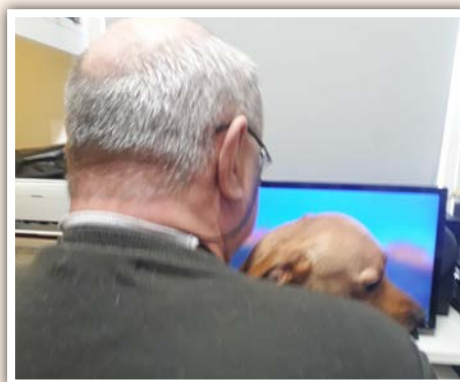
✉ edufleck@yahoo.com.br

Engenheiro Químico DMLU.

Crosby, Stills, Nash & Young, na caixa de som do computador. Até para se trabalhar o som deles ajuda. Um caféquentinho, pois sem esse combustível ninguém produz nada no Brasil.

O *home office* dificulta a comunicação direta com os colegas, as informações chegam atrasadas. Mas, ainda bem que a tecnologia nos dá uma mão! Efetivamente, dá para se produzir em casa, com qualidade. Todavia, as caninas, que não costumam aparecer lá no serviço, agora nos encontram para pedir para passear. “Estou trabalhando”, digo-lhes. Mas elas fitam os meus olhos como quem diz “essa desculpa não serve, arrume outra, papai!” E lá vou eu, celular no bolso para não perder nada do serviço, passear canino!

A menina acordou, quase 10 anos de idade e ainda precisa de papai e mamãe para fazer o tema da escola. Aliás, nada de recesso: aulas pela internet e carga pesada de temas para vencer a falta das aulas presenciais. “Papai, me ajuda nessa questão de matemática?” Eu respondo “filha, papai está trabalhando, agora não pode”. Choradeira, bater de pernas, “tu não gostas mais de mim”, e lá vai papai, pendurando seus afazeres para ajudar na questão. Análise combinatória para o 4º ano do Ensino Fundamental? Enlouqueceram? Aprendi isso no 2º do 2º grau, como se chamava o Ensino Médio, na época. Papai faz a questão para a filhote. Aí vêm, em seguida, a proprietária do lar (e do marido também): “acho que queimou a resistência do chuveiro... Preciso tomar banho AGORA!” Lá se vai o marido, trocar a resistência. Na cabeça, o trabalho que precisa encaminhar e o prazo. Com isso, quase esquece de desligar o disjuntor. Mas, pronto: chuveiro quente!



Fotos: Arquivo pessoal

Fleck com a cachorra Dorinha

“Posso voltar a trabalhar agora? Pessoal, eu queria esclarecer que estou em casa, mas tenho compromissos. Isto aqui não é uma gandaia! Todo o trabalho que eu atrasar, ninguém vai fazer por mim! Vai ficar sobre a minha mesa, mesmo que hoje seja uma mesa virtual”.

Conclusão: como é bom trabalhar no escritório de trabalho. Lá, dá para se concentrar mesmo. Hora do trabalho é hora do trabalho, hora de casa é hora de casa. A contingência do *home office* é necessária para que os porto-alegrenses não fiquem desamparados. O mundo não pode parar! Porto Alegre tem que ir para a frente e superar os seus problemas. São os servidores que mantêm a máquina das benfeitorias públicas funcionando e a qualidade de vida da população ininterrupta e tendendo a melhorar a cada dia, embora nem sempre sejam reconhecidos por isso. Quanto tempo a famigerada Covid-19 vai nos manter presos em nossas próprias casas? Só o Homem lá de cima sabe. O nosso orgulho será dizer que mesmo na época das trevas nós continuamos produzindo incansavelmente para a nossa Porto Alegre, e o vírus não foi capaz de derrotar o nosso profissionalismo!

Lisiane Acosta

✉ acostalisiane@gmail.com

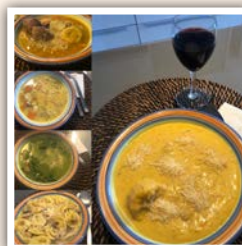
Enfermeira aposentada da SMS.



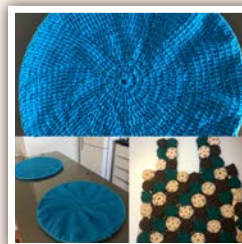
Lisiane e seus hobbies: tocar piano



andar de bicicleta



cozinhar



crochetar



muita leitura

Fotos: Arquivo pessoal

“Em 2019, eu já estava me preparando para a aposentadoria, me despedindo de várias pessoas que estavam se aposentando e, no final do último mês de março, saí da Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis da Secretaria Municipal de Saúde. Como estava terminando meu doutorado, não senti grandes mudanças, pois meu tempo estava tomado, como sempre esteve quando trabalhei – o trabalho sempre foi o principal na minha vida.

Contudo, após o término do doutorado, em julho de 2019, precisei buscar atividades e tive a sorte de achar um grupo de mulheres que estudava artes em francês, todas “gauches” (“esquerdas”, em francês), e fiquei super ativista, indo a várias manifestações. Também começamos um grupo de canto.

Nesse grupo de canto, um pouco menor, eu às vezes ficava sozinha com a professora e, como já tive aulas de piano quando era criança, ela me ajudou a retomar e aprender a tocar, não só com notas, mas com cifras. Foi uma felicidade só poder tocar músicas mais populares e cantar junto. Foi isso que me salvou neste ano de 2020, quando iniciou o “distanciamento social”. Eu comprei um teclado, em fevereiro, e passei a me divertir muito aprendendo a tocar novamente, aprendendo a cantar junto. Até fico divulgando alguns vídeos para os amigos acompanharem meu aprendizado, e a Astec está ajudando nisso.

Obrigada!”

Faça cerveja em casa

Por Sérgio Alencar Mielniczuk de Moura



Lá pelo ano de 1984, recém-ingressado na Faculdade de Agronomia da UFRGS, chega às minhas mãos uma cópia bem apagada de um artigo de revista intitulado “faça cerveja em casa”. Eu sempre ouvia os relatos de família de que o avô fazia cerveja, lá no interior de Horizontina, e fui atrás dos ingredientes.

Naquela época, não existiam *brew shops* (lojas especializadas em produtos para a fabricação caseira de cerveja artesanal), hoje comuns na nossa cidade. Acabei encontrando um *kit* cervejeiro numa loja de ervas e chás. E lá fomos nós, eu e meu irmão, também calouro na agronomia, tentar decifrar aquelas instruções do manual. O resultado: conseguimos salvar uma ou duas garrafas com um conteúdo que não lembrava uma cerveja. As demais explodiram, pois não dominávamos os processos da fermentação e, por isso, não tomamos alguns cuidados.

Passados alguns anos e muitas cervejas convencionais, chegamos ao tempo em que as microcervejarias se tornaram realidade, depois que muitos “paneiros” (aqueles que fazem cerveja em casa) fizeram do seu *hobby* um negócio promissor e nos brindam com uma variedade de cervejas de qualidade.

Após um pequeno curso com um mestre cervejeiro, no ano de 2013, adquiri os equipamentos básicos e, juntamente com alguns amigos apreciadores de uma boa “ceva”, iniciei as minhas brassagens (ou maceração, é a parte em que, por meio de cozimento do malte com água quente, o amido dos grãos é convertido em maltose e outros carboidratos que formarão o mosto). Depois da experiência, eu garanto: com as facilidades de informações e disponibilidade de insumos, hoje qualquer pessoa pode se iniciar nesse mundo das cevagens artesanais.

Para aqueles que quiserem começar, segue aqui uma receita básica de uma American Pale Ale (Apa), que é uma cerveja da família Ale (Ipa, Apa, Stout etc.), caracterizada por ser de alta fermentação, podendo fermentar à temperatura ambiente de 18 a 22°C, diferentemente das lagers (pilsners, helles, viennas, bocks, entre outras), que requerem um controle melhor da temperatura de fermentação e maturação. A partir de um processo básico comum, surgem as variações e estilos, como cervejas de trigo, cervejas sem glúten e por aí vai. O passo a passo e os equipamentos básicos necessários podem ser buscados em diversos sites especializados em cervejas artesanais ou no link <https://bit.ly/2YUWATM>.

Com o tempo, certamente os novos cervejeiros passarão a utilizar um software para elaborar melhor as suas receitas e empregar outros recursos tecnológicos, como refratômetro para avaliar a atenuação e o teor alcoólico, o uso de painéis automatizados, rampas de temperatura para otimizar a ação das enzimas, manômetro na garrafa para controlar a fermentação etc.

Reúna alguns amigos e boas brassagens!



SÉRGIO ALENCAR MIELNICZUK DE MOURA

✉ sergiomm@portoalegre.rs.gov.br

Engenheiro Agrônomo da SMAMS.



Ilustrativa/FreePic

ALGUMAS POSSIBILIDADES DE HARMONIZAÇÃO DE CERVEJAS ARTESANAIS COM ALIMENTOS

Como regra geral, cervejas leves combinam com pratos leves, assim como cervejas mais fortes com pratos mais temperados.

CERVEJA DE TRIGO OU PILSEN (CLARAS)

Pratos leves com alimentos não muito fortes. Pastéis, aperitivos não gordurosos como queijo, azeitona e mandioca são boas pedidas. Alguns frutos do mar como camarão, lagosta e peixes combinam com esse tipo de cerveja, assim como a ‘comida de boteco’.

IPA (INDIAN PALE ALE)

São bem mais amargas devido à quantidade alta de lúpulo presente na composição. Combinam com alimentos mais temperados e gordurosos, um churrasco ou uma pizza bem recheada formam ótimos paladares.

APA (AMERICAN PALE ALE)

Por possuir um teor de amargor alto, esse tipo de cerveja combina com diferentes tipos de alimentos. Comida mexicana com uso de abacate, carne com chilli, tacos e burritos são boas pedidas para uma APA. Combina também com frango assado, hambúrguer e fritas.

PORTER E STOUT (ESCURAS)

Normalmente com características que lembram café e chocolate, essas espécies combinam com doces, carnes e petiscos. Vão bem com queijos tipo gorgonzola, gouda e parmesão. Em se falando de sobremesas, tortas preparadas com frutas vermelhas ou doces preparados com chocolate combinam com as notas de cacau da cerveja.

São inúmeras as combinações possíveis e você pode fazer isso a partir da sua própria cerveja artesanal.

Que tal tentar?



CCG Saúde segue plano de expansão e apresenta clínica resolutive

Com investimento de R\$ 10 milhões, espaço localizado no Centro de Porto Alegre é a maior unidade do grupo.



A Clínica Mais fica na Avenida Alberto Bins, 509 – Centro – Porto Alegre/RS (antigo Centro de Eventos Plaza São Rafael).

O CCG Saúde (nova marca do Centro Clínico Gaúcho) apresenta um novo espaço com mais de 20 especialidades médicas para o atendimento de pacientes. A Clínica Mais, localizada no centro de Porto Alegre (RS), iniciou a operação no dia 22 de junho. Com investimento de R\$ 10 milhões, o empreendimento é o maior e mais completo centro do grupo.

O novo empreendimento abriga, em mais de quatro mil metros quadrados, 70 consultórios e conta com a capacidade de mil atendimentos por dia. Entre os principais serviços, estão:

- **Centro de Cuidado da Criança:** estrutura preparada para atender às demandas de pronto atendimento pediátrico 24h e consultas com especialistas pediátricos em um ambiente exclusivo, ambulatório independente e espaço kids.
- **Centro de Cuidado da Mulher:** ambiente para consultas e exames rotineiros da mulher, como mamografia, densitometria e ecografia.
- **Centro de Cuidado da Saúde Mental:** atendimento psicológico e psiquiátrico.
- **Centro de Diagnóstico de Imagem:** espaço para exames de imagem, como Raio X, mamografia, tomografia, ecografia, além de eletrocardiograma e eletroencefalograma.
- **Centro de Traumatologia:** espaço destinado para atendimento de especialidades traumatológicas e pronto atendimento das 7h às 19h.
- **Atendimento de Urgência e Emergência:** estrutura preparada para urgência e emergência com atendimento 24h.

Unimed

Unimed Porto Alegre lança plataforma para telemedicina

O projeto está disponível, desde maio, para os mais de 700 mil beneficiários e 6.800 médicos cooperados como alternativa de atendimento de consultas.



O horário disponível para consultas será de segunda à sexta-feira, das 8h às 20h, de acordo com a agenda e disponibilidade dos médicos.

Desde os primeiros casos de Coronavírus no Brasil, a Unimed Porto Alegre priorizou o seu projeto de telemedicina que se consolidou após a Portaria do Ministério da Saúde nº 467, que dispõe sobre as ações de telemedicina decorrente da epidemia de Covid-19. Desde o dia 11 de maio, a cooperativa disponibiliza a plataforma **Meu MédicOnline**, com o objetivo de suprir a necessidade dos cooperados e clientes diante das medidas de isolamento social decretadas pelas autoridades sanitárias do país. A plataforma também está de acordo com a Resolução nº 10/2020, publicada pelo Cremers, que define diretrizes éticas a atendimento médico remoto por intermédio de Operadoras de Planos de Saúde, enquanto durarem as medidas para enfrentamento à pandemia.

Para acessar o **Meu MédicOnline**, basta entrar no site www.unimedpoa.com.br e clicar em “Sou Cliente” ou pelo aplicativo do cliente da Unimed Porto Alegre e fazer o login. Após esta etapa, basta acessar a opção “Meu MédicOnline”, que irá direcionar o cliente ao serviço na plataforma Conexa Saúde. Pelo ambiente virtual, além do atendimento, o médico também poderá enviar receitas via e-mail ou SMS. Já a solicitação de exames permanece da mesma forma que nos consultórios. Os agendamentos devem ser feitos pelo cliente, conforme seu plano, diretamente na plataforma, com a escolha do médico e a respectiva especialidade utilizando o site ou o aplicativo da Unimed Porto Alegre. É possível utilizar computadores desktop (com webcam acoplada), notebooks, tablets ou smartphones que tenham acesso à internet.

ASTEC ALERTA

Conheça e siga os PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO DE SURTOS E CUIDADOS RELACIONADOS À COVID-19, NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Escolha o caminho para acessar
e baixar o documento.

Download via link

www.bit.ly/31v3DFi

Download via QR Code



ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL ORIENTA

Caso se observe, por parte do órgão municipal, a infração das condições sanitárias e de proteção contra o Coronavírus, em qualquer um dos locais em que se desenvolvem as atividades presenciais, a questão deverá ser analisada por meio de ação judicial própria, na qual poderá ser requerida perícia nos locais de trabalho para a correta adequação aos critérios sanitários que devem ser observados.